

Fundação Getúlio Vargas
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
Escola Superior de Ciências Sociais

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

conforme previsto pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004,
submetido ao INEP como parte integrante do SINAES.

Rio de Janeiro
Março de 2010

Comissão de Auto-Avaliação

**Coordenadora
Helena Bomeny**

**Dirigente
Celso Castro**

**Coordenador de Curso
Carlos Eduardo Sarmiento**

**Coordenadora Pedagógica
Judite Helena Giolito**

**Representante do Corpo Técnico Administrativo
Regina Celia Azevedo Vives**

**Representante da Sociedade Civil
Gilberto Velho**

**Representante do Corpo Discente
Ricardo Nicolay**

SUMÁRIO

- 1 – Introdução
- 2 – A Escola Superior de Ciências Sociais da FGV
 - 2.1. Mantenedora: Fundação Getulio Vargas (FGV)
 - 2.1.1. Perfil Institucional da FGV
 - 2.1.2. Histórico da FGV
 - 2.1.3. Novos desafios
 - 2.1.4. O investimento da FGV em Ciências Sociais
 - 2.1.5 Biblioteca Mario Henrique Simonsen para atendimento aos professores e alunos da Escola Superior de Ciências Sociais
 - 2.1.6. Infraestrutura física
 - 2.2. O ambiente institucional da Escola Superior de Ciências Sociais: Histórico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV
 - 2.2.1. Projetos de história institucional do CPDOC
 - 2.2.2. As atividades de ensino do CPDOC
 - 2.2.3. Produção e elaboração de Materiais Didáticos
 - 2.3. A Escola Superior de Ciências Sociais
 - 2.3.1. Credenciamento da Escola e Autorização do Curso de Ciências Sociais
 - 2.3.2. Autorização do Curso de Licenciatura em História
 - 2.3.3. Recredenciamento da Escola e Reconhecimento do Curso de Ciências Sociais
- 3 - Metodologia de Avaliação
 - 3.1. Políticas para ensino, pesquisa, especialização e pós-graduação
 - 3.1.1. Laboratórios e Núcleos de pesquisa
- 4 - Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e Corpo Técnico Administrativo e Infraestrutura física
 - 4.1. Carreira do Corpo Docente
 - 4.2. Corpo Técnico Administrativo
 - 4.3. Avaliação do Corpo de Funcionários Administrativos e Técnicos
- 5 - Planejamento e Avaliação
 - 5.1. Políticas Pedagógicas de Atendimento aos Estudantes
 - 5.1.1 Atividades desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica
- 6 – Pontos frágeis e Recomendações apuradas pela Comissão Própria de Avaliação
 - 6.1. Correspondência entre PDI e Rotina da Escola
 - 6.2. Política de registro
 - 6.3. Instrumento de Avaliação

7 - Novas ações

7.1. Participação de alunos de Ciências Sociais em Congressos e Seminários

7.2 Cursos de Extensão, especializações

7.2.1 Pós-Graduação em Cinema Documentário

7.2.2 Gestão e Produção Cultural

7.2.3 Jornalismo Investigativo e Realidade Brasileira

7.2.4 Relações Internacionais

7.2.5 Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão

8 – ANEXO

Anexo 1 - Produção Intelectual Dos Professores

Anexo 2 – Sumário dos relatórios CPA 2008-2009

1 –Introdução

O período de abril de 2009 a março de 2010 relatado neste documento foi particularmente importante para a Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Credenciada pelo MEC em 2005, a ESCOLA recebeu autorização para funcionamento do Curso de Ciências Sociais. Nos três primeiros anos de funcionamento, recebemos três visitas das comissões de avaliação designadas pelo Ministério da Educação. As Comissões sinalizaram pontos específicos que deveriam ser tratados com vistas à adequação dos objetivos da ESCOLA, das atividades de ensino à sua expressão formal em documentos a serem encaminhados ao Ministério da Educação. O período abril de 2009 a março de 2010 foi inteiramente dedicado ao cumprimento das orientações indicadas pelas Comissões de Avaliação. Os resultados obtidos foram:

- Reformulação integral do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Redefinição do Plano Político Institucional (PPI);
- Reestruturação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Ciências Sociais e de Licenciatura de História.

O curso de História, autorizado em final de 2008, teve seu início em março de 2010, depois dos exames de vestibular no final de 2009.

No ano de 2009 a ESCOLA procedeu ao realinhamento da matriz curricular objetivando a adequação entre os objetivos pedagógicos expostos no PDI, no PPI e no PPC e o funcionamento dos cursos. Em maio de 2009, a ESCOLA finalizou as discussões com vistas à reformulação do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para precisar as opções que os alunos terão ao longo de sua formação. Tanto as decisões quanto os encaminhamentos

que foram dados aos processos de aprimoramento da vida acadêmica e pedagógica da ESCOLA resultaram da participação ativa do Colegiado do Curso.

A Coordenação Geral da ESCOLA entendeu que a primeira investida deveria ser na revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como matriz de onde se derivam as diretrizes de funcionamento dos cursos ministrados na Escola Superior de Ciências Sociais. Antes de procedermos à apresentação mais formal da ESCOLA, de sua mantenedora e das atividades aqui desenvolvidas, consideramos oportuna a exposição, neste documento, das linhas mestras que nos orientaram na feitura de tais reformulações.

Durante o ano de 2009, a Escola Superior de Ciências Sociais promoveu uma série de reuniões, encontros e reflexões sobre a sua função e suas atividades de cunho didático-pedagógico. Estas atividades tiveram como objetivo precípua promover a reflexão interna necessária para o amadurecimento dos trabalhos e a adequação dos procedimentos burocráticos junto à comunidade acadêmica e dentro dos parâmetros estabelecidos no âmbito do Ministério da Educação e de seus órgãos e autarquias que regulam, supervisionam e avaliam as atividades de Ensino Superior em território nacional.

Desta maneira, o Plano de Desenvolvimento foi elaborado tendo como base a metodologia do Planejamento Estratégico e Situacional um processo que diz respeito a um conjunto de princípios teóricos e procedimentos metodológicos e técnicos que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo e que persegue uma mudança situacional futura. O planejamento apresentado não trata apenas das decisões sobre o futuro, mas questiona, principalmente, qual é o futuro de nossas decisões.

A grande questão consiste em não se deixar arrastar pelo ritmo dos acontecimentos do dia-a-dia, como a força da correnteza de um rio, mas saber aonde se quer chegar e concentrar as forças e potencialidades em uma direção definida. O planejamento elaborado

estrategicamente, não é outra coisa senão a ciência e a arte de atribuir maior governabilidade às pessoas e organizações.

Planejando estrategicamente, a organização criou condições para a revelação de lideranças baseadas na participação e na delegação de autoridade, o que implica em uma postura intelectual e de gestão que não cabe ao planejador predizer o futuro, mas buscar viabilidade para criá-lo, como uma ferramenta que amplia o arco de possibilidades humanas, ou seja, um instrumento de liberdade.

O Plano de Desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Sociais foi elaborado tendo como sustentação:

- **Mediação entre o Presente e o Futuro.** A Instituição tem consciência que as decisões que toma hoje têm múltiplos efeitos sobre o futuro porque dependem não só da avaliação sobre fatos presentes, mas da evolução futura de processos não controláveis, fatos que ainda não conhece.
- **Prever possibilidade quando a predição é impossível.** Na produção de fatos sociais, que envolvem múltiplos atores criativos que também planejam, a capacidade de previsão situacional e suas técnicas substituirão a previsão determinística, normativa e tradicional que observa o futuro como mera consequência do passado. Decorre desta percepção a necessidade de elaborar estratégias e desenhar operações para cenários alternativos e surpresas, muitas vezes, não imagináveis.
- **Capacidade para lidar com surpresas.** O futuro sempre será incerto e nebuloso, não existe a hipótese de governabilidade absoluta sobre sistemas sociais, mesmo próximos desta condição, pois há sempre um componente imponderável no planejamento. A IES buscou então, através de técnicas de gestão apropriadas, preparar-se para enfrentar surpresas com planos de

contingência, com rapidez e eficácia, desenvolvendo habilidades institucionais capazes de diminuir a vulnerabilidade do plano.

- **Mediação entre o Passado e o Futuro.** O processo de planejamento estratégico se alimenta da experiência prática e do aprendizado institucional relacionados aos erros cometidos. Portanto serão desenvolvidos meios de gestão capazes de aprender com os erros do passado e colocar este conhecimento a serviço do planejamento.
- **Mediação entre o Conhecimento e a Ação.** O processo de planejamento pode ser comparado a um grande cálculo que não só deve preceder a ação, mas presidi-la. Este cálculo não é obvio ou simples, é influenciado e dependente das múltiplas explicações e perspectivas sobre a realidade e só acontece, em última instância, quando surge a síntese entre a apropriação do saber técnico acumulado e da expertise política. É um cálculo técnico-político, pois nem sempre a decisão puramente técnica é mais racional que a política, e vice-versa. O cálculo estratégico, dissociado da ação, será completamente supérfluo e formal, por sua vez, se a ação não for precedida e presidida pelo cálculo estratégico. Neste caso a organização permanecerá submetida à improvisação e ao ritmo da conjuntura.

O enfoque de planejamento proposto, portanto, não é um rito burocrático ou um conhecimento que possa ser revelado a alguns e não a outros, mas uma capacidade pessoal e institucional de governar, de fazer política no sentido mais original deste termo. O processo de planejamento não substitui a perícia dos dirigentes, nem o carisma da liderança, ao contrário, aumenta sua eficácia porque coloca estes aspectos a serviço de um projeto político-pedagógico coletivo.

Neste documento de avaliação estão registrados os passos dados no sentido de aprimoramento funcional em acordo com as orientações do Ministério da Educação às Instituições de Ensino Superior. Assinalamos aqui a dinâmica de recepção dos estudantes, de atendimento continuado ao corpo discente, de preparação dos semestres letivos, de previsão de avaliação do corpo docente pelo corpo discente, do corpo de funcionários técnico-administrativos e a avaliação discente. Terão espaço também neste relatório as atividades promovidas pela Escola com objetivo de motivar a aprendizagem e de ampliar para os estudantes as oportunidades acadêmicas, culturais e institucionais.

2 – A Escola Superior de Ciências Sociais da FGV

A Escola Superior de Ciências Sociais da FGV, situada no Rio de Janeiro, à Praia de Botafogo 190 é unidade de ensino mantida pela Fundação Getúlio Vargas.

2.1. Mantenedora: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

2.1.1. Perfil Institucional da FGV

A Fundação Getúlio Vargas, instituição privada sem fins lucrativos, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com estatuto registrado no 17º Cartório de Offícios e Notas, da Comarca do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1944, é a Instituição Mantenedora da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. A Fundação Getúlio Vargas está situada na Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro, CEP 22250-900, CNPJ 33.641.663/0001-44, Registro Civil de Pessoa Jurídica n. 15987.

2.1.2. Histórico da FGV

Em seus mais de 60 anos de existência, a Fundação Getúlio Vargas, com suas escolas e núcleos de pesquisa, transformou-se em um importante centro de pensamento sobre a realidade socioeconômica brasileira, destacando-se pela qualidade e seriedade da informação que produz e oferece à sociedade. Ao longo desse período, a FGV gerou uma grande quantidade de bens públicos e foi continuamente avaliada como um centro de excelência em pesquisa e ensino.

No campo do ensino, a iniciativa pioneira da FGV nos anos 1950 consistiu na criação da Escola Brasileira de Administração Pública – atual EBAPE – no Rio de Janeiro, e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP –, ambas oferecendo cursos de graduação. Na década de 1960, surgiram os cursos de pós-graduação em Administração Pública. Em 1966, a partir do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE 12/12/1960) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, foi criada a Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE –, oferecendo cursos de mestrado. Em 1974 foi criado o Programa de Doutorado da EPGE. Ao lado da pós-graduação *stricto sensu* em Administração e Economia, a FGV lançou-se desde então ao ensino de pós-graduação *lato sensu* em diversas outras áreas. Paralelamente, também de modo pioneiro, desenvolveu várias linhas de pesquisa e

consultorias. Os índices econômicos produzidos pelo IBRE são sabidamente utilizados como referência em todo o país.

Acordos e intercâmbios nacionais e internacionais garantem a contínua troca e atualização dos conteúdos educacionais. Além de investir sistematicamente em novas tecnologias e metodologias ligadas ao ensino a distância, a instituição mantém publicações de alto nível, seja sob a forma de periódicos, seja sob a forma de livros editados por sua própria Editora. O coroamento de décadas de investimento em pesquisa, ensino e acervo é a Biblioteca Mario Henrique Simonsen, na sede da FGV do Rio de Janeiro, considerada uma das melhores e mais atualizadas do país.

2.1.3. Novos desafios

Ao se iniciar o novo milênio, a FGV impôs-se novos desafios. Com o país buscando retomar seu desenvolvimento, são crescentes as demandas por investimentos em educação e aperfeiçoamento dos modelos de gestão. A FGV está empenhada no aprimoramento e diversificação de seus cursos e pesquisas, bem como na oferta de bens públicos, sob a forma de informações e pesquisa histórica.

Lançando-se em novas frentes, o principal investimento da FGV nos últimos anos tem sido a criação de cursos de graduação. Em 2002, o curso de graduação em Administração, que havia sido suspenso nos anos 80, voltou a ser ministrado pela EBAPE no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano também foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o curso de graduação em Economia. Em 2004, começaram a funcionar os cursos de graduação em Economia, em São Paulo, e Direito, em São Paulo e no Rio. Em 2005, a FGV teve autorização do MEC para o credenciamento da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS, com a abertura do curso de graduação em Ciências Sociais, no Rio.

2.1.4. O investimento da FGV em Ciências Sociais

A valorização das Ciências Sociais esteve tradicionalmente presente na FGV. Intelectuais que são referência nos campos da Sociologia, da Ciência Política e da História tiveram na FGV espaço de atuação como professores e pesquisadores. Guerreiro Ramos é um desses patrimônios intelectuais sempre lembrados. O cruzamento das Ciências Sociais com a História foi prolongado com a presença e atuação de cientistas sociais e historiadores

publicamente reconhecidos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman, Elisa Reis, Clóvis Brigagão, Gerson Moura e José Murilo de Carvalho, entre outros.

A vocação para as Ciências Sociais teve no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, sua sustentação prioritária entre as unidades que integram a FGV. O histórico do CPDOC-FGV esclarece a origem e as linhas fundamentais do projeto político-pedagógico da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS da Fundação Getulio Vargas.

2.1.5 Biblioteca Mario Henrique Simonsen para atendimento aos professores e alunos da Escola Superior de Ciências Sociais

A Fundação Getulio Vargas mantém em sua sede no Rio de Janeiro, onde a Escola de Ciências Sociais está localizada, uma das mais completas bibliotecas do país no campo das Ciências Sociais, incluindo aqui os títulos de História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Economia, Administração e Direito. Com a abertura dos cursos de graduação a partir de 2000, a Fundação ampliou o investimento na aquisição de livros e revistas, cobrindo todas as áreas de interesse dos diversos cursos. O Curso de Ciências Sociais se beneficia com aquisições regulares e com um catálogo diversificado e especializado para atendimento a todas as disciplinas oferecidas na grade regular. Uma das mais regulares políticas da Biblioteca Mario Henrique Simonsen é de atualização do acervo e sua disponibilização imediata aos usuários.

Aquisições feitas por solicitação da Escola Superior de Ciências Sociais:

Em 2008:

- 269 exemplares = R\$ 13.095,27
- 01 DVD = R\$ 47,90

Compras para Graduação Ciências Sociais em 2008:

Ciclo Básico - C. Sociais 2008

- 124 exemplares = R\$ 5.380,25

Ciclo Básico - C. Sociais 2007

- 12 exemplares = R\$ 500,80

Ciências Sociais Investimentos

- 12 exemplares = R\$ 546,72

Em 2009:

- até 15.12.2009 – 372 exemplares = R\$ 16.345,00
- Encomendados:

2.1.6. Infraestrutura física

A IES dispõe de salas, auditórios, biblioteca, livraria, laboratórios de informática, salas de estudo, espaço de conveniência, restaurante e outros espaços mobiliados, com iluminação e ventilação adequados ao uso dos discentes. Todos os espaços estão aptos ao recebimento de alunos portadores de necessidades especiais, com móveis e acesso específicos ao atendimento desses alunos. Do espaço físico destinado aos cursos de graduação e pós-graduação consta um conjunto de 33 salas de aula e auditórios do edifício sede da mantenedora, laboratórios de informática, equipamentos audiovisuais. As salas dos professores são dotadas de microcomputador com leitor de DVD, acesso à internet, ao acervo da biblioteca, aos periódicos da CAPES e à rede FGV. A sala de reuniões não possui equipamentos fixos, mas possui pontos de rede e estrutura para instalação de projetores multimídia ou outros equipamentos solicitados no momento da reserva de sala. As 15 (quinze) salas de aula, com capacidade total de 585 (quinhentos e oitenta e cinco) alunos e 710 (setecentos e dez) metros quadrados são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ar condicionado central, cadeiras dentro dos padrões ergonômicos, equipamentos audiovisuais e de informática (computador com leitor de DVD e acesso à internet e projetos de multimídia), atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício dessa atividade. As salas estão distribuídas da seguinte forma:

3º andar

4 auditórios (salas 306, 307, 317 e 318) com metragem cuja média é de 92,00 m²
1 auditório (sala 308) e 1 sala (310) com metragem cuja média é de 77,5 m²

4º andar

2 salas (406 e 421) com metragem cuja média é de 38,5 m²
2 salas (409 e 414) com metragem cuja média é de 68,00 m²
5 salas (410, 411, 418, 419 e 420) com metragem cuja média é de 43,5 m²

5º andar

1 auditório com metragem cuja média é de 92,5 m²

8º andar

4 auditórios (1, 2, 3 e 4) com metragem cuja média é de 94,5 m²

9º andar

2 auditórios (salas 925 e 926) com metragem cuja média é de 98,00 m²

10º andar

5 salas (salas 1012, 1018, 1019, 1020 e 1021) com metragem cuja média é de 40,5 m²

4 auditórios (salas 1013, 1014, 1027 e 1028) com metragem cuja média é de 93,00 m²

11º andar

2 auditórios (1 e 2) com metragem cuja média é de 90,5 m²

Laboratórios de Informática

Lab 3 (sala 316) - 26 terminais service (thin client) e um micro de professor

Lab 3 anexo (sala 315) - 17 micros

Lab 4 (sala 422) - 26 terminais service (thin client) e um micro de professor

2.2. O ambiente institucional da Escola Superior de Ciências Sociais: Histórico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973, no Rio de Janeiro, com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas, tendo inicialmente seu próprio acervo como fonte privilegiada de consulta. A proposta de atuação integrada nas áreas de pesquisa e documentação caracterizou o CPDOC como instituição pioneira. Os conjuntos documentais doados ao Centro constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país. Investindo fortemente na história do Brasil no período pós-1930, o CPDOC abriga hoje cerca de 200 arquivos pessoais de homens públicos de destacada atuação no cenário nacional, reunindo mais de 1,5 milhão de documentos textuais, fotografias, discos e filmes. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada, por meio do sítio do CPDOC, são tarefas primordiais do Centro.

Sempre no intuito de resgatar a história contemporânea brasileira, o CPDOC iniciou, ainda em 1975, um programa de História Oral até então inédito no país. Desde aquela data, seus pesquisadores vêm recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário

nacional. Atualmente, o acervo de História Oral compreende cerca de seis mil horas de gravação, correspondendo a mais de 1.200 entrevistas, em boa parte abertas à consulta. Esse rico material é ponto de partida de diversas produções, como textos de análise, publicações de depoimentos editados, livros sobre temas tratados em conjuntos de entrevistas e teses acadêmicas.

O compromisso de articular documentação e pesquisa faz com que o CPDOC sempre procure aliar em seus projetos a *expertise* técnica à excelência acadêmica de seu quadro de pesquisadores. Sua produção intelectual atinge uma cifra superior a 1.500 títulos, entre livros, artigos, teses e *pré-prints*. Destaca-se nesse conjunto o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-DHBB*, uma das principais obras de referência sobre personagens e temas de história do Brasil no período pós-1930. Atualmente o Dicionário está sendo mais uma vez atualizado com o objetivo de ser disponibilizado à consulta pública e gratuita pela Internet. O CPDOC também publica, sem interrupção, há mais de 20 anos, a revista semestral *Estudos Históricos*, com artigos de pesquisadores das diversas disciplinas das Ciências Sociais.

Como resultado de todo esse esforço, o Centro foi duas vezes (1996 e 2002) reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) como núcleo de excelência em sua área de atuação tendo recebido recursos do Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) para o desenvolvimento de diversos estudos e pesquisas realizadas no âmbito dos projetos “*Brasil em transição: um balanço do final do século XX*” e “*Cidadania e direitos*”, em consonância com suas linhas de pesquisa - Memória, representações e identidades; Mídia e poder; Cidadania e direitos; Forças Armadas e Defesa; Elites e História Política; História do Rio de Janeiro; História institucional e Relações internacionais.

2.2.1. Projetos de história institucional do CPDOC

Com base no conhecimento que acumulou ao longo dos anos, o CPDOC passou a atuar também nas áreas de organização de arquivos e na formulação de políticas de resgate da memória institucional de diversas entidades. Entre os projetos desenvolvidos na área de história institucional figuram os registros das trajetórias do Banco Central do Brasil, da Petrobrás, da Eletrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), do Ministério da Fazenda, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Seguros (Funenseg) e da Fundação Companhia Siderúrgica Nacional. É importante destacar que, de maneira geral, esses convênios envolveram desde a constituição de acervos de depoimentos

orais até a elaboração de livros sobre a história das instituições estudadas, passando pela publicação das entrevistas realizadas.

2.2.2. As atividades de ensino do CPDOC

Depois de 30 anos de experiência de pesquisa e de organização e preservação de acervos documentais, a equipe de pesquisadores do CPDOC – formada por doutores em áreas específicas das Ciências Sociais, como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História e Relações Internacionais, em sua maioria professores universitários – entendeu que a instituição estava pronta para devolver à sociedade sua tradição de conhecimento sob a forma de ensino.

Com esse objetivo foi criado o Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC). O primeiro curso oferecido pelo Programa, em 2003, foi o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, que em maio de 2009 contava com 86 dissertações defendidas. O Programa teve seu escopo de atuação ampliado em 2006 com a abertura do Mestrado Acadêmico e Doutorado em História, Política e Bens Culturais.

Outra experiência do CPDOC na área de ensino foi a preparação de cursos de pós-graduação *lato-sensu*, voltados para a formação de profissionais aptos ao desempenho exigido pela realidade contemporânea. Mais do que formar especialistas, busca-se desenvolver um trabalho que torne os alunos capazes de entender criticamente a sociedade e as ações dos profissionais como um processo multidisciplinar e integrado, no qual o exercício da liderança e da cidadania é fundamental. A conexão desses cursos com o mercado de trabalho compreende desde a colocação dos alunos como estagiários ou profissionais, até o acompanhamento da carreira dos ex-alunos, para efeitos de pesquisa e recolocação. Assim, a programação dos cursos *lato-sensu* da FGV, entre os quais se incluem aqueles concebidos e ministrados pela equipe do CPDOC, proporciona aprimoramento acadêmico a profissionais que buscam atualização ou especialização em determinadas áreas.

A natural preocupação da FGV com a formação de estudantes em nível de graduação resultou na proposta de criação de mais uma escola – a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Como já ocorrera na década de 1960, quando pesquisadores vinculados ao IBRE-FGV deram origem à EPGE-FGV, a iniciativa de criação desta nova escola partiu do conjunto de pesquisadores do CPDOC-FGV.

2.2.3. Produção e elaboração de Materiais Didáticos

Importante destacar que a área de ensino e formação de recursos humanos tem sido ao longo de mais de 60 anos um investimento regular da Fundação Getulio Vargas. A partir de 2006, uma das professoras titulares da Escola Superior de Ciências Sociais, Marieta de Moraes Ferreira, assumiu a Coordenação Geral de Produção de Materiais Didáticos da FGV, um programa que vem contribuindo de forma efetiva para a melhoria da qualidade do Ensino Médio. Um dos livros, *História do Brasil em Curso*, de autoria de professores da Escola de Ciências Sociais, Marly Motta, Américo Freire e da pesquisadora do CPDOC, Dora Rocha, foi avaliado pelo MEC e integra a lista dos livros bem conceituados à disposição das escolas de ensino médio.

No momento, as professoras Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros coordenam a equipe responsável pela produção do livro didático de Sociologia para o Ensino Médio com vistas ao lançamento no ano letivo de 2010. Os professores consideram fundamental a tradução de toda sua experiência intelectual e acadêmica em materiais que possam contribuir para a formação de jovens do ensino médio e para o apoio ao corpo docente responsável por este nível de ensino.

A iniciativa da Fundação Getulio Vargas de investir na melhoria da qualidade da educação oferecida no ensino médio resultou na criação do Programa FGV Ensino Médio, uma oportunidade para encontros regulares de professores e diretores da rede pública de ensino com especialistas capazes de promover, esclarecer e aprofundar questões diretamente relacionadas com a educação no país. A Escola Superior de Ciências Sociais tem participado desse esforço. A responsável por este Programa, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, integra o corpo permanente de professores da ESCOLA.

2.3. A Escola Superior de Ciências Sociais

Em 2004, foi instituída uma Comissão de Professores do CPDOC-FGV para a elaboração do projeto pedagógico da futura ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS. A comissão composta pelos professores-doutores Helena Bomeny, Celso Castro e Zairo Cheibub elaborou o projeto do primeiro curso de graduação: o de Ciências Sociais. O objetivo era que esse fosse o primeiro de outros cursos afinados com a tradição do CPDOC.

2.3.1. Credenciamento da Escola e Autorização do Curso de Ciências Sociais

Tendo sido os projetos da ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS e do Curso de Ciências Sociais discutidos e referendados pelo conjunto dos pesquisadores do CPDOC, a Comissão responsável por sua elaboração iniciou os contatos com o Ministério da Educação para cumprir a agenda de implantação com o credenciamento da Escola e a autorização de abertura do Curso.

No período de 14 a 16 de fevereiro de 2005, a mantenedora FGV recebeu a visita da Comissão de Avaliação do MEC formada pelos professores-doutores Julio Wiggers, da Universidade Federal de Santa Catarina, e José Ivo Follman, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A avaliação da Comissão foi extremamente favorável ao credenciamento da Escola e à autorização do Curso de Ciências Sociais. O relatório foi disponibilizado pelo MEC, com todos os itens avaliados com nota máxima.

As portarias que se seguiram foram as seguintes:

Diário Oficial da União

Número 75, quarta-feira, 20 de abril de 2005

Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

Portaria n. 1.294, de 19 de Abril de 2005

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n. 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto n. 3.908, de 04 de Setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho n. 856/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo n. 23000.011734/2003-71, Registro SAPIEnS n. 20031007346, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a Escola Superior de Ciências Sociais, a ser estabelecida na Praia de Botafogo, n. 190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getulio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, aprovando neste ato o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, pelo período de cinco anos, e o seu Regimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Portaria n. 1.295, de 19 de Abril de 2005

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n. 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto n. 3.908, de 04 de Setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho n. 857/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo n. 23000.011735/2003-15, Registro SAPIEnS n. 20031007348, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Ciências Sociais, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Escola Superior de Ciências Sociais, na Praia de Botafogo, n.190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getulio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

A ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS é um estabelecimento de ensino superior, com limite territorial circunscrito ao Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, credenciada pela Portaria n. 1.294, de 19 de abril de 2005, publicada no *Diário Oficial* de 20 de abril de 2005.

O Regimento da Escola foi aprovado pelo Sr. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 282, de 21 de junho de 2006. A aprovação do Regimento foi feita pelo Ofício n. 5220/2006-MEC/SESu/GAB/CGLNES. A primeira turma do Curso de Ciências Sociais iniciou suas atividades regulares em fevereiro de 2006.

2.3.2. Autorização do Curso de Licenciatura em História

Em prosseguimento à sua filosofia de ensino, a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS instituiu uma Comissão de Professores para a elaboração do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em História. A Comissão foi formada pelos professores-doutores Marieta de Moraes Ferreira, Ângela Maria de Castro Gomes, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Motta e Mario Grynspan.

Em 25 e 26 de abril de 2008, a Escola recebeu a Comissão de Avaliação do Curso de Licenciatura em História, constituída dos professores-doutores Giancarlo Moser, da Universidade do Vale do Itajaí (SC), Centro Universitário Leonardo da Vinci, e professora Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), Departamento de Ciências Humanas e Filosofia.

Após a visita da Comissão, a ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS recebeu do MEC a autorização para a abertura do Curso de Licenciatura em História. A autorização foi publicada no *Diário Oficial* em portaria específica está reproduzida abaixo:

PORTARIA No- 604, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto no 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG no 670/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento dos cursos superiores de graduação, a serem ministrados pelas instituições isoladas de ensino superior nos endereços, turnos e com o número de vagas, conforme discriminado na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

ANEXO

	Processos SIDOC e Registros Sapiens	Mantenedora e Mantida	Curso	Vagas/turno	Endereço
3	23000.019152/2006-85; 20060008810	Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior de Ciências Sociais	História, licenciatura, no âmbito do ISE	100 totais anuais, diurno	Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ

2.3.3. Recredenciamento da Escola e Reconhecimento do Curso de Ciências Sociais

No biênio 2008/2009, todos os procedimentos foram cumpridos para que a ESCOLA seja recredenciada e o curso de Ciências Sociais seja reconhecido pelo Ministério da Educação. O Processo de Reconhecimento do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) está registrado no E-MEC com o número 200800844 e o Processo de Recredenciamento da Escola, registrado no E-MEC com o número 200800038. A ESCOLA aguarda a visita dos avaliadores para ambos os processos.

3 - Metodologia de Avaliação

3.1. Políticas para ensino, pesquisa, especialização e pós-graduação

As atividades acadêmicas de ensino foram consideravelmente ampliadas. Além das atividades de ensino na graduação, na pós-graduação (mestrado profissionalizante, mestrado acadêmico e doutorado) e nos cursos de especialização que oferece há três anos – Pós-Graduação em Cinema Documentário, MBA em Bens Culturais e, mais recentemente, MBA em Relações Internacionais – uma nova dinâmica de trabalho foi criada com a organização dos professores/pesquisadores em laboratórios de discussão e produção intelectual. Tais laboratórios reúnem os pesquisadores que trabalham nos referidos campos de investigação e tem se constituído em oportunidade rica aos estudantes de graduação e de pós-graduação de conhecerem os professores, participarem dos debates e acumularem informações importantes para suas próprias escolhas intelectuais futuras. Os alunos participam dos núcleos e recebem créditos de Atividades Complementares previstas na programação da graduação.

3.1.1. Laboratórios e Núcleos de pesquisa

•Laboratório de Acervos, Memória e Informação – (LAMI)

A formação do LAMI surgiu da iniciativa de um conjunto de professores da Escola com o objetivo principal de promover reflexões de caráter acadêmico e metodológico tendo como foco de interesse os campos da memória, dos acervos e da informação. Em sua programação consta o estabelecimento de uma agenda de discussões capaz de conjugar interesses de pesquisa e de tratamento técnico dos acervos, característicos dos pesquisadores e analistas de documentação e informação, com possíveis temas e preocupações de nossos alunos de graduação e, sobretudo, de pós-graduação.

•Laboratório de Estudos Brasileiros (LEB)

O Laboratório de Estudos Brasileiros (LEB) é uma iniciativa que busca atender os requisitos do plano pedagógico de valorizar e diversificar uma das linhas mais clássicas de pesquisa desenvolvida no CPDOC da Fundação Getulio Vargas - Centro de onde nasceu a

Escola Superior de Ciências Sociais - relacionada à sociologia da cultura e aos estudos voltados para o pensamento social brasileiro.

O LEB conta ainda com mais um projeto de pesquisa (“Trajetórias de Intelectuais em Países de Língua Portuguesa”), graças ao apoio renovado do CNPq a dois professores/pesquisadores da Escola: professores Celso Castro e Helena Bomeny. O projeto contempla ainda a presença da professora Karina Kuschnir (IFCS/UFRJ) e dos professores e pesquisadores portugueses, Antonio Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro do ISCTE/Lisboa.

- **Laboratório de Estudos Políticos (LEP)**

O laboratório foi criado com o objetivo de contemplar um conjunto de estudos que englobem temas como: 1) de um ponto de vista empírico: entre outros temas, o estudo dos processos eleitorais, de políticas públicas, o desenvolvimento histórico das instituições políticas brasileiras, o federalismo brasileiro e a política local, as transformações sociológicas e ideológicas das elites brasileiras, a evolução dos partidos no Brasil; 2) de um ponto de vista mais especificamente teórico e metodológico: a pesquisa comparativa, a formalização de modelos para a investigação empírica em política, a teoria e a prática da análise de conjuntura política, novas leituras da teoria política contemporânea.

- **Laboratório de Estudos Urbanos (LEU)**

O laboratório visa a promover discussões teórico-metodológicas sobre o espaço urbano, as cidades industriais, a des-industrialização e os padrões de segregação sócio-espacial nas metrópoles contemporâneas. O laboratório valoriza a inserção de professores e pesquisadores de diferentes extrações disciplinares.

- **Laboratório de Estudos Visuais (LEV)**

O Laboratório de Estudos Visuais (LEV) se propõe a constituir um fórum permanente de discussão de bibliografia que trate de questões acerca da visualidade e dos diferentes suportes de representações visuais (fotografia, cinema, vídeo e TV, caricatura, publicidade, etc.), bem como as relações entre imagem, memória e representação social. A partir dessa leitura compartilhada, espera-se constituir uma base teórica que permita não só pensar a imagem em

seus diferentes suportes em pesquisas individuais, mas também desenvolver novas estratégias e metodologias de tratamento de documentos audiovisuais do CPDOC.

•Laboratório de Estudos de Turismo, Esporte e Lazer (LETEL)

O Laboratório de Estudos do Turismo, Esporte e Lazer (LETEL) tem por objetivo promover o encontro e o diálogo entre orientadores e estudantes que tem como objeto de investigação de suas pesquisas os fenômenos sociais do macro-campo do Lazer, do Esporte e do Turismo. A dinâmica dos encontros periódicos estará baseada no debate acerca de textos referenciais dos marcos teóricos e metodológicos destas áreas de investigação e na apresentação e discussão de pesquisas em andamento. Desta forma, o LETEL funcionará como um “campo de provas” para papers, artigos, dissertações e teses em fase de elaboração.

•Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM)

O objetivo do LEM é servir de espaço institucional para atividades relacionadas ao estudo dos militares na perspectiva das Ciências Sociais e da História. A instituição militar no Brasil tem sido objeto de uma linha de pesquisa importante na história do CPDOC, que também inclui a recepção, produção, organização e divulgação de fontes documentais. O LEM está aberto à participação de pesquisadores e estudantes tanto do CPDOC quanto de outras instituições.

• Núcleo de Audiovisual e Documentário

O Núcleo de Audiovisual e Documentário é uma iniciativa da Escola de Ciências Sociais da FGV, um laboratório que pretende proporcionar, para cientistas sociais em formação, um âmbito de familiarização com o audiovisual e com as possibilidades que oferece quando empregado como meio de intervenção na realidade.

A participação no laboratório pressupõe, por um lado, o contato constante com uma filmografia que, tal qual uma bibliografia em cursos acadêmicos, serve de referência e de ponto de partida para reflexões, discussões metodológicas, análises de forma e de conteúdo,

enfim, de permanente inspiração para o trabalho do cientista social. O Núcleo não estimula apenas a aproximação com obras produzidas pela Antropologia Visual ou por métodos acadêmicos que se valem das imagens para traduzir e pensar a realidade, como, por exemplo, o Cinema Verdade, de Jean Rouch (um etnógrafo) e Edgar Morin (um sociólogo). Ao contrário, estimula a consulta a filmes das mais diversas tendências ou rótulos que, de alguma forma, dêem margem a uma reflexão acerca das interações e das representações que se dão no meio social.

Os alunos que participam do Núcleo já viram, em suas aulas da graduação no curso de Ciências Sociais da FGV, filmes como “O homem com a câmera” (Dziga Vertov), “Berlim, sinfonia de uma metrópole” (Walther Ruttmann), “Viramundo” (Geraldo Sarno), “Opinião Pública” (Arnaldo Jabor) e “Notícias de uma guerra particular” (João Moreira Salles). A inserção dessa filmografia na grade curricular do curso de Ciências Sociais demonstra a importância que a Escola Superior de Ciências Sociais dá a filmes como fontes de estudo, de dissecação do momento histórico e social em que foram produzidos.

A participação no Núcleo pressupõe, ainda, realização. Os alunos do laboratório são estimulados a pensar e levantar temas (sejam eles de perspectiva mais histórica ou mais ligada às Ciências Sociais) que vão explorar e analisar em campo. Esses temas devem ser investigados por meio da produção de filmes que, além de documentar a interação entre os futuros cientistas sociais e seu campo de investigação, fornecerão, depois de prontos, material para interpretação, ou seja: constituirão matéria-prima para o exercício científico. O estabelecimento de um tema, a pesquisa antes da filmagem, o registro audiovisual em si, bem como as trocas sociais que pressupõe, a consulta de todo o material filmado, a decisão em relação à forma de se expor os resultados e as conclusões da pesquisa e a seleção do material que comporá o filme final são, sem muita dificuldade, etapas que se podem aproximar daquelas que constituem o trabalho do antropólogo ou do sociólogo: a escolha do objeto de pesquisa, o levantamento de dados sobre ele, a ida a campo e a volta ao gabinete, onde o material apurado em campo é revisto, reavaliado e selecionado para compor um trabalho final que exporá a tese do cientista por meio de uma forma narrativa cuidadosamente determinada.

Os participantes ou agentes do Núcleo de Audiovisual e Documentário encontrarão nas imagens e nos sons sua base de pesquisa, sua metodologia de realização científica e seu material de interpretação. Em suma: um universo de investigação e produção promissor.

4 - Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e Corpo Técnico Administrativo e Infraestrutura física

4.1. Carreira do Corpo Docente

A Escola de Ciências Sociais dispôs, para o início de seu funcionamento, com um conjunto bastante qualificado de pesquisadores do quadro permanente da instituição, fato destacado pela comissão que autorizou o credenciamento da Escola. Conta hoje no quadro permanente com 23 doutores. A Escola contou em 2009 com a colaboração de cinco professores horistas que contribuem em áreas que não são da especialidade do CPDOC: Filosofia, Comunicação e Expressão, História da Antiguidade e Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. O corpo docente é constituído por professores com títulos de mestre ou doutor, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, podendo exercer suas funções em tempo integral, parcial ou como horista.

Em 2007, com o aumento das atividades de ensino, a Direção da Escola de Ciências Sociais sentiu a necessidade de efetuar mudanças no enquadramento profissional de seus docentes, que em sua maioria migraram da carreira de pesquisador (existente desde o início do funcionamento do CPDOC) para a de professor, distribuídos em cinco níveis e três classes: adjunto, associado e titular. O enquadramento nesses níveis e classes foi feito através de uma Comissão Externa de Avaliação convocada pela presidência da FGV e integrada pelos professores Lindolpho de Carvalho Dias (presidente), José Murilo de Carvalho e Gilberto Velho. A Comissão estabeleceu também os critérios para avaliação de cada nível. Não há previsão de progressão automática entre os níveis, o que só ocorrerá com a realização de novas comissões de avaliação externas (em princípio, trienais). A implantação da carreira de magistério teve início em 1º de março de 2007. [Ata da Comissão Externa de Avaliação do Corpo Docente]

Em relação à contratação de professores horistas, foi consenso entre o corpo docente, desde o início, que esse deveria ser sempre minoritário em relação ao corpo permanente da Escola, concentrando-se em áreas nas quais não temos competência ou em

situações conjunturais que justifiquem a contratação temporária de um professor horista. Um ponto a ser aperfeiçoado é relativo ao processo de seleção de professores horistas, que será objeto de deliberação em reunião do colegiado prevista para a segunda semana de maio do ano em curso. A sugestão a ser submetida é que a seleção de professores horistas será conduzida por uma comissão composta pela Coordenadora-Geral da Escola, pelo Coordenador do Curso e por dois professores da área temática referente à disciplina em questão.

A IES valoriza e incentiva a participação nos processos de produção científica, obtendo, dessa forma, profissionais com constante aperfeiçoamento e atualização dos conteúdos pertinentes ao curso de graduação em questão. Todos os profissionais estão envolvidos na implantação e execução do Projeto Político Pedagógico. Uma das iniciativas promovidas pela ESCOLA para o aperfeiçoamento docente tem sido o apoio e concessão de licença remunerada para professores em programas de Pós-Doutorado em instituições de excelência no exterior. No ano de 2009 três professores do quadro permanente foram beneficiados: Professor Américo Freire, doutor em História; Professora Verena Alberti, doutora em Literatura e a Professora Bianca Freire-Medeiros. O professor Américo Freire permaneceu em Lisboa, ISCTE, por seis meses desenvolvendo pesquisa em sua área de especialização – “Encontros em Lisboa: a Revolução dos Cravos, o socialismo democrático português e as esquerdas brasileiras (1974-1979)”. A professora Verena Alberti está vinculada a duas instituições. Uma é a University of East Anglia, em Norwich, onde o Prof. Dr. Terry Haydn, especialmente reconhecido por seu trabalho com ICT e Teaching History, coordena o curso de pós-graduação de ensino de história, a cujas sessões a professora assiste. A outra é o Institute of Education da University of London, que tem uma sólida produção na área de ensino de história, com nomes como os dos Profs. Drs. Peter Lee, Stuart Foster, Rosalin Ashby, entre outros. Além dessas duas instituições, Verena Alberti está em contato com outras como os National Archives, especialmente sua seção ligada ao ensino, muito bem desenvolvida no site da instituição; a seção de Oral History and Sounds Archives da British Library, coordenada por Rob Perks, e organismos voltados para o ensino do holocausto e da escravidão.

4.2. Corpo Técnico Administrativo

A ESCOLA é administrada por um Coordenador Geral, um Coordenador de Curso e pelos membros do colegiado, composto pela equipe docente. A Escola possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa. A Secretaria se localiza no quarto andar, onde se encontram à disposição o departamento financeiro e a área administrativa da Escola. Além disso, existe uma sala de reuniões que pode ser utilizada pelos funcionários administrativos. Além dos órgãos de atendimento direto aos alunos, a Coordenação conta com o apoio acadêmico de uma Assistente Acadêmica, uma Gerente Administrativa, um Assistente Administrativo, um Agente Administrativo, um Auxiliar Administrativo, dois Auxiliares de Serviços Gerais, um mensageiro e uma estagiária.

A Escola Superior de Ciências Sociais organiza sua gestão da seguinte maneira: um Coordenador Geral, um Coordenador de Curso, o Colegiado e uma Coordenação Pedagógica para atendimento permanente aos alunos e professores. O Colegiado é composto por todos os professores da Escola (regime integral, parcial e horistas). As reuniões realizam-se no início e no final de cada semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço); as reuniões realizam-se com a presença da maioria absoluta dos membros.

4.3. Avaliação do Corpo de Funcionários Administrativos e Técnicos

As Escolas da Fundação Getulio Vargas decidem autonomamente os critérios e métodos de avaliação de seus funcionários administrativos e técnicos. No caso da Escola Superior de Ciências Sociais, os funcionários são avaliados ao final de cada semestre pelos responsáveis da área em que atuam, e esta avaliação é submetida ao Conselho de Coordenação para deliberação, sendo em seguida encaminhada à Divisão de Recursos Humanos para registro e distribuição de bonificação por desempenho. Os funcionários são avaliados pelo desempenho individual em 13 fatores considerados relevantes. Há dois tipos de formulário, um para a avaliação dos funcionários técnicos e de apoio administrativo, com fatores idênticos, e um exclusivo para o Gerente Administrativo, com outro conjunto de itens de avaliação. As notas de cada fator variam de 1 (Péssimo) a 5 (Muito Bom) e são somadas para apuração do resultado final. Este é expresso em médias e percentuais para melhor aferição do desempenho de cada funcionário. A avaliação de desempenho tem se mostrado um importante instrumento de gestão de pessoal porque provoca o debate constante sobre a qualidade dos serviços, revela deficiências que precisam ser sanadas, auxilia no levantamento

das necessidades de treinamento e serve de orientação para a organização e planejamento das atividades técnico-administrativas.

5 - Planejamento e Avaliação

Três procedimentos marcam a rotina de planejamento e avaliação implementada pela Escola de Ciências Sociais. A Coordenação Geral da Escola e a Coordenação de Curso de Ciências Sociais se reúnem a cada semestre com todos os professores que ministrarão disciplinas para que os programas propostos para as referidas disciplinas sejam conhecidos por todos os outros professores. Esta decisão, que esteve presente e foi aprovada já nas discussões preliminares à criação do Curso de Ciências Sociais, tem se mostrado extremamente importante no sentido de criar um interesse coletivo do corpo docente no desenvolvimento de cada semestre letivo. Bibliografias são comparadas, planejamentos são socializados, distribuição de leitura e definição de critérios de avaliação são dados a conhecer a todos, de forma a evitar a rotinização desinteressada da oferta de cursos. Este tem sido um mecanismo que se mostra interessante para os docentes. A avaliação de tal procedimento vem sendo positiva e os professores votaram por manter a rotina de planejamento compartilhado e programas conhecidos por todo o conjunto do corpo docente.

O segundo procedimento, também relativo ao desempenho acadêmico, são as reuniões realizadas depois dos dois períodos de avaliação dos alunos. A Escola se programa com duas semanas dedicadas à avaliação com provas ou trabalhos definidos pelos professores em suas turmas. Os resultados são computados e os professores tomam conhecimento do desempenho de cada aluno, de cada turma, e podem assim compartilhar êxitos, dificuldades, discutir sobre procedimentos mais bem resolvidos, procedimentos que não tiveram sucesso. Portanto, em cada semestre, os professores se reúnem ao menos três vezes com a finalidade de socializar suas práticas de planejamento e avaliação.

O terceiro procedimento de avaliação é o que contempla a avaliação discente. A Coordenação Pedagógica elabora um questionário com perguntas abertas e fechadas e a cada final de semestre os alunos respondem e avaliam cada curso e cada professor. Esse material é computado, sistematizado e distribuído para cada professor e para o Coordenador do Curso e o Coordenador da Escola. Os professores têm a chance de saber onde foram mais felizes nas escolhas e metodologias adotadas, onde estão precisando melhorar, qual o peso da bibliografia, que avaliação tiveram sobre clareza, didática, e competência no ensino de determinada.

5.1. Políticas Pedagógicas de Atendimento aos Estudantes

Este é um ponto considerado forte pela comunidade escolar. A Escola de Ciências Sociais conta com uma equipe especializada e inteiramente dedicada ao atendimento ao aluno em todas as suas demandas. A rotina de atendimento e conhecimento personalizado se inicia antes mesmo do início das aulas. Já com resultado dos aprovados no vestibular começam os trabalhos da equipe pedagógica, entrevistando individualmente cada aluno aprovado. Os alunos colocam suas expectativas, em relação ao curso e à carreira pretendida, e recebem da equipe uma série de informações que os auxiliam na compreensão do mundo universitário. Além disso, os estudantes e suas famílias são convidados a visitarem a escola e conversarem com os dirigentes e professores.

Para a implementação de uma prática que desenvolva autonomia e disciplina, levando em conta as principais diferenças entre a metodologia utilizada no ensino médio e a adotada nos cursos de graduação, os alunos contam, durante todo o curso, com atendimentos pedagógicos individuais e em grupo, que englobam aconselhamento e orientação para a elaboração de planos de estudos - elementos essenciais ao bom aproveitamento acadêmico. A Coordenação Pedagógica tem enorme peso na mediação entre professores e alunos.

A Secretaria Acadêmica é o órgão de apoio à coordenação do Curso de Graduação em Ciências Sociais que tem por competência acompanhar a execução do projeto pedagógico do curso; elaborar e executar o programa de divulgação do curso junto aos alunos de Ensino Médio; auxiliar na interface com os órgãos reguladores e agências de fomento na área da educação de nível superior e atuar junto aos discentes com atendimentos pedagógicos individuais e em grupo durante todo o curso.

5.1.1 Atividades desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica

- **Visitas, Aulas-convites, Palestras e Feiras**

O programa de Aulas-convite tem como objetivo convidar turmas de diversos colégios para uma simulação de aula na graduação da FGV. Dessa forma, os alunos de Ensino

Médio vivenciam uma situação de aula em uma das disciplinas do curso de graduação, ampliando assim os conhecimentos e alternativas frente à escolha profissional dos candidatos ao vestibular. Em 2009, participaram do programa **520 alunos** acompanhados pelos coordenadores de **76 colégios** do Rio de Janeiro.

O programa de visitas realizado no ano de 2009 foi constituído das seguintes etapas: palestras realizadas em colégios proferidas pela coordenação e demais professores da Escola Superior de Ciências Sociais e **37 feiras** de divulgação em diversos colégios do Estado do Rio de Janeiro.

- **Entrevistas aos candidatos aprovados no Vestibular da FGV**

No dia 27 de novembro foi realizado o Vestibular 2010 para os cursos de Graduação da Fundação Getúlio Vargas. Foram oferecidas 50 vagas para o Bacharelado em Ciências Sociais e 50 vagas para o curso de Licenciatura em História e participaram do processo seletivo 94 candidatos. O resultado do processo seletivo foi divulgado no dia 14 de novembro e foram classificados 62 candidatos.

A partir do resultado dos aprovados no vestibular a rotina de atendimento e conhecimento personalizado se inicia com a realização de entrevistas individuais aos alunos aprovados. As entrevistas ocorreram nos dias que antecederam o processo de matrícula e a cada etapa de reclassificação.

Integram ainda as atividades da Secretaria Acadêmica o acompanhamento e supervisão da execução da política de bolsas oferecidas pela escola; a elaboração e execução do processo seletivo por transferência externa e reingresso para portadores de diplomas; orientação e atendimento ao corpo docente nas questões administrativas e acadêmicas dos cursos; elaboração do calendário e horários das aulas dos 1º e 2º semestres letivos dos cursos para aprovação da coordenação; elaboração do calendário de provas aplicadas nos semestres; controle semestral da entrega dos planejamentos das aulas elaborados pelos docentes por disciplina; elaboração de relatórios com os rendimentos das turmas para as reuniões realizadas com as equipes de professores pela coordenação do curso; controle das avaliações dos discentes realizadas ao término das disciplinas a cada semestre sobre o corpo docente; controle da bibliografia indicada pelos docentes para a solicitação de aquisição de obras para o acervo da Biblioteca da FGV; acompanhamento do desempenho dos discentes com atendimentos pedagógicos individuais ou em grupo ao término de cada período de avaliação; participação como equipe de apoio nas reuniões promovidas pela coordenação junto ao

Colegiado da Escola Superior de Ciências Sociais e coordenação e acompanhamento das atividades complementares dos cursos oferecidos pela Escola.

Os dados de cada disciplina são consolidados e encaminhados aos seus respectivos docentes e à coordenação do curso para serem analisados para providências e orientações necessárias ao aperfeiçoamento da formação dos graduandos.

6 – Pontos frágeis e Recomendações apuradas pela Comissão Própria de Avaliação

6.1. Correspondência entre PDI e Rotina da Escola

Um dos problemas apontados pela experiência dos três anos iniciais de funcionamento da Escola diz respeito à expressão formal do que efetivamente a Escola vem fazendo em suas atividades regulares e complementares. O PDI foi inteiramente reestruturado, depois de um longo período de incertezas, falta de informação, falta de entendimento com relação aos procedimentos a serem adotados em conformidade com o modelo implantado na Secretaria de Ensino Superior para o funcionamento das IES. Estão incluídos também nessa empreitada a reformulação do PPI e dos PPCs dos cursos de Ciências Sociais e Licenciatura em História.. A reformatação do PDI com atenção aos pontos mencionados e em obediência às orientações formais do MEC está sendo conduzida simultaneamente e pela mesma equipe que está consolidando os documentos existentes no projeto original da escola e dos cursos de Ciências Sociais e História em um projeto político pedagógico institucional, o PPI, que ampliará e pautará as dimensões curriculares e didáticas da Escola diante dos desafios da regulação e da emancipação presentes em sua proposta e seu compromisso social. O projeto de avaliação é a oportunidade aberta à toda a comunidade escolar – direção, coordenação pedagógica, professores, alunos, e membros da sociedade civil interessada – de se envolver com os destinos da Escola, definir seu papel na educação. É também um momento especial de ampliar o sentido da educação e de avaliar o quanto as ações desenvolvidas na rotina guardam sintonia e compromisso com os objetivos traçados para seu funcionamento.

Assim, a atitude desta IES de repensar um Projeto Político Pedagógico pressupõe que os educadores tenham um espaço onde possam se manifestar, refletir cotidianamente sobre o que o processo da escola constrói e como podem suas experiências acumuladas ser refletidas no texto.

6.2. Política de registro

Um segundo elemento de fragilidade constatado na avaliação interna diz respeito à falta de uma política sistemática de registro e organização dos materiais comprobatórios das atividades regulares como reuniões, créditos de atividades complementares, atendimento aos alunos, desenvolvimento e orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). A Comissão de Avaliação, consciente dessa lacuna, providenciou em 2009 a organização do

acervo documental e o estabelecimento de rotinas administrativas correspondentes ao volume de atividades que a Escola promove. O Manual de TCC foi inteiramente adaptado aos objetivos dos projetos de Cursos oferecidos pela Escola, sua Coordenação eleita pelo Colegiado, e sua primeira turma em funcionamento a partir do primeiro semestre letivo de 2009.

6.3. Instrumento de Avaliação

Por fim, a Comissão de Avaliação recomenda que seja construído ao longo de 2010 um instrumento de Avaliação que considere todas as instâncias que envolvem as atividades da Escola Superior de Ciências Sociais. Tal instrumento deverá ser construído pela equipe da Coordenação Pedagógica e aplicado ao conjunto da comunidade escolar. Os resultados deverão constar do próximo CPA que a Escola Superior de Ciências Sociais encaminhará ao INEP na ocasião determinada.

7 - Novas ações

7.1. Participação de alunos de Ciências Sociais em Congressos e Seminários:

Em 2009, a Escola manteve o apoio à participação de seus estudantes em congressos e seminários sempre que tiveram suas propostas aceitas em importantes congressos, com apresentação de papers ou painel. A participação de estudantes conta com apoio financeiro da FGV através da concessão de diárias. Este apoio é visto como estímulo à produção acadêmica discente, e a avaliação do corpo docente é que tal prática deve ser mantida e estimulada.

7.2 Cursos de Extensão, especializações

7.2.1 Pós-Graduação em Cinema Documentário

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, instituição de reconhecida competência no campo da história e das ciências sociais, lançou a primeira turma de Pós-Graduação em Cinema Documentário em 2005, no Rio de Janeiro, com grande sucesso. O curso combina as experiências de profissionais de cinema que, além de produzirem documentários, têm reflexão intelectual sobre o gênero, e a dos professores do CPDOC.

O Programa fornece bases teórica e prática para os interessados em realização, pesquisa e reflexão na área de Cinema Documentário

Programa:

- Filmografia Básica
- Interpretações do Brasil e Realidade Brasileira Contemporânea
- História, Teoria e Linguagem do Documentário
- Luz, câmera, som e montagem: princípios e técnicas
- Investigação e ética: relações entre jornalismo, antropologia, fontes e documentários
- Preparação para Elaboração de Projeto Final

Total: 432 horas-aula

7.2.2 Gestão e Produção Cultural

Os cursos de MBA Procuram preparar os participantes para agir gerencialmente de forma segura, consistente e eficaz. Para tanto, os alunos são apresentados a disciplinas fundamentais para a condução desta ação gerencial.

Algumas dessas disciplinas são básicas, de aplicação geral, e outras são bastante específicas para a atuação gerencial.

No caso do **MBA em Gestão e Produção Cultural**, elaboramos um elenco de disciplinas especialmente voltado para a melhor preparação do profissional da área de cultura nos âmbitos público e privado, seja ele gestor de organizações, produtor cultural ou formulador de políticas para o setor.

Programa:

Módulo 1:

- Fundamentos de Administração Cultural
- Fundamentos de Marketing Cultural
- Formação Histórica da Sociedade Brasileira
- Cultura e Desenvolvimento
- Economia da Cultura

Módulo 2:

- Organizações Culturais
- Gestão Financeira de Organizações Culturais
- Produção Cultural
- Cultura e Patrimônio no Brasil
- Cultura e Consumo

Módulo 3:

- Direito Autoral e Leis de Incentivo à Cultura
- Estado e Políticas Culturais
- Financiamento e Captação de Recursos
- Metodologia de Pesquisa

- Empreendedorismo Cultural

Módulo 4:

- Promoção Cultural
- Cultura, Tecnologia e Novas Mídias
- Acervos, Memória e Curadoria
- Projetos Culturais
- Práticas em Gestão e Produção Cultural

Total: 432 horas-aula

7.2.3 Jornalismo Investigativo e Realidade Brasileira

O curso reúne conhecimento acadêmico, experiência jornalística e novas técnicas de investigação utilizadas por jornais, revistas e emissoras de TV. Mostra como a investigação jornalística contribuiu para as transformações da sociedade brasileira nas últimas décadas e fornece instrumentos teóricos e práticos para o aperfeiçoamento das técnicas de apuração e investigação em todas as áreas do jornalismo. Conta um corpo de professores altamente qualificado na reflexão e na prática do jornalismo investigativo, beneficiando-se também da experiência acadêmica do CPDOC, unidade da FGV com amplo reconhecimento nas áreas de História e Ciências Sociais.

Programa:

- A Imprensa e a História Contemporânea do Brasil
- Estudo de casos: Acertos e Erros do Jornalismo
- Métodos e Técnicas de Investigação
- Técnicas de Apuração Específicas
- O Texto nas Reportagens Investigativas

Total: 432 horas-aula

7.2.4 Relações Internacionais

O que explica o comportamento dos países no mundo? Quais as origens da guerra e da paz? O que faz uma sociedade internacional ser mais ou menos próspera, justa e estável? Qual é o ambiente estratégico em que vivemos e o que há de novo nas relações

internacionais nos dias de hoje? O MBA em Relações Internacionais da FGV conta com uma equipe multidisciplinar que prepara seus alunos para responder a essas perguntas e ainda pensar, discutir e escrever sobre política mundial com sofisticação.

Programa:

- Análise Política Internacional
- Questões Internacionais Contemporâneas
- Estratégias de Política Externa
- Economia Política Global
- O Brasil no Mundo
- Diplomacia e Interações Estratégicas
- Orientação de Projetos

Total: 432 horas-aula

7.2.5 Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão

Um curso inovador que alia excelência acadêmica e foco no mercado de bens culturais. O aluno estará habilitado a aplicar o conhecimento produzido pela FGV em Ciências Sociais, Economia e História a uma das áreas mais dinâmicas do mundo contemporâneo. O curso foi concebido e será coordenado em parceria por duas escolas da FGV - Escola Superior de Ciências Sociais (FGV/CPDOC) e Escola de Economia de São Paulo (FGV/EESP).

Programa:

Formação Histórica e Econômica do Brasil Contemporâneo

- O Estado Brasileiro
- Sociedade Brasileira
- Sociedade e Economia

Cultura e Patrimônio no Brasil

- Cultura Brasileira
- Patrimônio do Brasil

Acervos e Memória

- Acervos, memória e bens culturais

Projetos e Métodos de Pesquisa

- Inclusão social e cultural
- Métodos qualitativos de pesquisa
- Métodos quantitativos de pesquisa

Economia Cultural e Gestão Econômica de Projetos Sociais

- Economia da Cultura
- Gestão econômica de projetos culturais
- Avaliação de Projetos Culturais
- Marketing Cultural

Total: 432 horas-aula

ANEXOS

Anexo 1

PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROFESSORES

Abreu, Alzira Alves de

Capítulo de livro

ABREU, Alzira Alves de. As mudanças na imprensa brasileira : 1950-1970. In: IMPRENSA, história e literatura /Organização de Isabel Lustosa. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 467-480.

ABREU, Alzira Alves de. Revisitando os anos 50 através da imprensa. In: O MODERNO em questão: a década de 1950 no Brasil /André Botelho, Elide Rugai Bastos e Glaucia Villas Boas (Orgs.).Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p.211-235.

Alberti, Verena

Capítulo de livro

ALBERTI, Verena. Tradição oral e usos da memória: uma aproximação do Tribunal de Waitangi, Nova Zelândia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9.:2008:São Leopoldo,RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral :São Leopoldo,RS, UNISINOS,2008. 9f .

O CPDOC possui cópia em papel do texto apresentado no "IX Encontro Nacional de História Oral", que foi publicado em CDROM.

Artigo de periódico acadêmico

ALBERTI, Verena ; PEREIRA,Amilcar Araujo. Pesquisando o movimento negro no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.3, n.36, p.40-44, set.2008.

Título do sumário: Orgulho da cor.

Bethell, Leslie

Capítulo de livro

BETHELL, Leslie; CASTRO, Celso. Politics in Brazil under military rule, 1964-1985. In: BETHELL, Leslie (Org.). **The Cambridge History of Latin America** : Brazil since 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v.9, p.165-230

Bomeny, Helena

Capítulo de livro

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas ; ALERJ, 2008. p.95-127.

BOMENY, Helena. Mineiridade às avessas. In.: YASBECK, Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Org.). Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p.117-143

Trabalho apresentado em eventos acadêmicos

BOMENY, Helena. **Salvar pela escola** : educação no governo Brizola. Rio de Janeiro: CPDOC, 2008.31f.

BOMENY, Helena. **Sociologia como missão** : fazer ciência fazendo história? Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. 9f. Resenha de: VILLAS BOAS,Glauca. **Mudança provocada** : passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.179p.

Castro, Celso

Livro

MAGALHÃES, Bernardina Botelho de. **O diário de Bernardina:** da Monarquia à República, pela filha de Benjamin Constant / organização, introdução e notas: Celso Castro e Renato Luis do Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios / Seleção, introdução e revisão técnica Celso Castro ; Tradução Maria Luiza Borges - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

Capítulo de livro

BETHELL, Leslie; CASTRO, Celso. Politics in Brazil under military rule, 1964-1985. In: BETHELL, Leslie (Org.). **The Cambridge History of Latin America** : Brazil since 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v.9, p.165-230

CASTRO, Celso. Comemorando a "revolução" de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: DITADURA e democracia na América Latina: balanço histórico e

perspectivas/Carlo Fico...[et al], organizadores. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2008.p.119-142

CASTRO, Celso; CONTURSI, Fátima Bevilaqua. O acervo documental do Museu Casa de Benjamin Constant. In.: CORREIA, Maria Rosa. **Oficina de Estudos da Preservação - Coletânea 1**. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008. p.85-87

Artigo de periódico acadêmico

CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. **Militares e Política** . Revista do LEMP.Rio de Janeiro, nº1,[5 p.] ,jul./dez.2007. Disponível em: "<http://www.idg.com.br/abre.htm>"><http://www.idg.com.br/abre.htm>. Acesso em: 15 jan.2008.

D'Araujo, Maria Celina

Capítulo de livro

D'ARAUJO, Maria Celina. Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana. In: DITADURA e democracia na América Latina:balanço histórico e perspectivas/Carlos Fico...[et al], organizadores. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2008.p.321-338.

Artigo de periódico acadêmico

D'ARAÚJO, Maria Celina. Crônica andina: uma crise apenas anunciada.**Conjuntura Econômica** . Rio de Janeiro, p. 22-26,abr.2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Entrevista com Gláucio Ary Dillon Soares. [Concedida a Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo em 5 e 12 de maio de 2008]. **Estudos Históricos** . Movimentos Sociais e Partidos Políticos. Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.323-49, jul./dez. 2008.

Ferreira, Marieta de Moraes

Livro

DITADURA e democracia na América Latina : balanço histórico e perspectivas / Carlos Fico...[et al],organizadores. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas,2008. 395p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Histórias de família** : casamento, alianças e fortunas. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial , 2008.224p. il.

A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas;ALERJ, 2008.228p.il.

Livro de depoimentos

MUITOS caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT/ Organização Marieta de Moraes Ferreira, Alexandre Fortes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. v.1.il.

Capítulo de livro

FERREIRA, Marieta de Moraes. Do Rio Grande do Sul a Guanabara. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/ Organizadora Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; ALERJ, 2008. p. 15-42.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro.In: UNIVERSIDADE e lugares de memória/Organizado por Antonio José Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro:Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p.235-268.

FERREIRA, Marieta de Moraes ; FORTES, Alexandre. Memórias do PT: as vozes de seus construtores. In: **DITADURA e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas** /Carlos Fico...[et al], organizadores. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2008. p.275-303.

Artigo de periódico acadêmico

(Artigo publicado em russo)

FERREIRA, Marieta de Moraes. Institutionalization and Expansion of Oral History: ten years of IOHA. **Journal of East/West** . Kiev, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Mal ou bem, só falam dele. **Revista de História da Biblioteca Nacional** . Rio de Janeiro, v.3, nº35,p.14-21,ago.2008.

Título do sumário: Vargas para todos os gostos.

FERREIRA, Marieta de Moraes ; FRANCO, Renato.Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos** .Ensino de história e historiografia. Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.79-93, jan./jun.2008.

Fontes, Paulo

Artigo de periódico acadêmico

FONTES, Paulo. Museu e história do trabalho:algumas experiências internacionais. **Perseu** . História, memória e política. São Paulo, v.2, nº2, p.337-334,ago.2008.

Freire, Américo

Livro de depoimentos

NOVAS memórias do urbanismo carioca/Américo Freire e Lúcia Lippi, organizadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 312p.

Capítulo de livro

FREIRE, Américo. Encontros em Lisboa: memória de exilados brasileiros em Portugal(1974-1979). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL(9.:2008:São Leopoldo,RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral :São Leopoldo,RS,:UNISINOS,2008. 9 f.

FREIRE, Américo. Por um presidencialismo radical: o manifesto de lançamento da candidatura de Campos Sales à presidência da República (out/1897). In: **MANIFESTOS políticos do Brasil contemporâneo** ./ Lincoln de Abreu Penna (organização) Rio de Janeiro: E-papers, 2008. 372p.

FREIRE, Américo. Novo sindicalismo e movimentos sociais. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; ALERJ, 2008.p.128-150.

Artigo de periódico acadêmico

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Entrevista com Rubim Santos Leão de Aquino (Entrevista feita no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 2008, pelos editores de Estudos Históricos Américo Freire e Ângela de Castro Gomes). **Estudos Históricos** . Ensino de História e historiografia. Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.95-112, jan./jun.2008.

Gomes, Ângela de Castro

Livro

GOMES, Ângela de Castro de. Historia,historiografia y cultura política en Brasil: algunas reflexiones. Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. Separata de **Revista de Historia Contemporánea** . Sevilla,Espanha,v.70, n.º2,p.115-139,2008.

LEITURAS críticas sobre Boris Fausto/Ângela de Castro Gomes (organizadora). Belo Horizonte: Ed. UFMG ; São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abramo,2008. 234p. (Intelectuais do Brasil)

Capítulo de livro

GOMES, Ângela de Castro. Apresentação[do] livro: LEITURAS críticas sobre Boris Fausto/Ângela de Castro Gomes(organizadora). Belo Horizonte : Ed. UFMG ; São Paulo:Ed. Fundação Perseu Abramo,2008. p.7-11.

GOMES, Ângela de Castro. Direito à informação e a memória como exercício da cidadania: a questão da avaliação e destinação de autos findos e demais documentos do poder judiciário. In: ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (2.:2008:Campinas,SP). **II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho** . São Paulo:LTR, 2008. p.79-86

GOMES, Ângela de Castro. Historiografia e historiografia de A revolução de 1930. In: LEITURAS Críticas sobre Boris Fausto/ Ângela de Castro Gomes(organizadora). Belo Horizonte; Ed.UFMG; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008. p.49-80.

GOMES, Ângela de Castro. Um historiador republicano[Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006]. In: LEITURAS críticas sobre Boris Fausto/Ângela de Castro Gomes(organizadora). Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abramo,2008.p.133-227.

GOMES, Ângela de Castro. Jango e a república de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In.: SOIHET, Raquel et al. (Org.). Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.35-49

GOMES, Ângela de Castro. República e História do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável. In.: YAZBECK, Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Org.). Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p.9-19

GOMES, Ângela de Castro.[Comentário a textos apresentados na mesa "Impressos Visuais", no Seminário, Imprensa, História e Literatura, realizado nos dias 26 e 28 nov. de 2003 no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa]. In: IMPRENSA, história e literatura/Organização de Isabel Lustosa. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 512-518.

Artigo de periódico acadêmico

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Entrevista com Rubim Santos Leão de Aquino (Entrevista feita no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 2008, pelos editores de Estudos Históricos Américo Freire e Ângela de Castro Gomes). **Estudos Históricos** . Ensino de História e historiografia. Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.95-112, jan./jun.2008.

GOMES, Ângela de Castro. O bolo dos pelegos. **Revista de História da Biblioteca Nacional** . Rio de Janeiro, v.3, nº32, p.60-63, maio 2008.

Nota: O título deste artigo no sumário é: O bolo dos pelegos, mas na página do artigo recebe outro título com o nome de "A chave do tamanho."

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Entrevista com Gláucio Ary Dillon Soares. [Concedida a Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo em 5 e 12 de maio de 2008]. **Estudos Históricos** . Movimentos Sociais e Partidos Políticos. Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.323-49, jul./dez. 2008.

Heymann, Luciana

Capítulo de livro

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias de um presidente: reflexões acerca da construção do legado de FHC. In.: SOIHET, Raquel et al. (Org.). Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.51-65

HEYMANN, Luciana. Usos e representações de acervos documentais em instituições de memória: estudos de caso no Brasil e na França. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9 .:2008: São Leopoldo, RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral ; São Leopoldo, RS, UNISINOS, 2008. 13f.

Trabalho apresentado em eventos acadêmicos

HEYMANN, Luciana. **Arquivos e interdisciplinaridade** : algumas reflexões. Rio de Janeiro: CPDOC, 2008. 10p.

Trabalho apresentado no Seminário CPDOC 35 anos: a interdisciplinaridade nos estudos históricos, realizado na Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 26-27 de junho de 2008.

Kornis, Mônica Almeida

Livro

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 66p. (Passo-a-Passo;86)

Artigo de periódico acadêmico

KORNIS, Mônica de Almeida. A imagem da capa. **Revista de História da Biblioteca Nacional** . Rio de Janeiro, v.3, nº35, ago.2008.(Contracapa)

Trabalho apresentado em eventos acadêmicos

KORNIS, Mônica de Almeida. **Televisão, história e sociedade** : trajetórias de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. [7]f.

Trabalho apresentado no I Encontro Nacional Obitel-a pesquisa da ficção televisiva no Brasil, organizado pelo Núcleo de Pesquisa de telenovela da ECA-USP e o programa Globo Universidade, na cidade de São Paulo, entre os dias 26 e 28 de nov. de 2007.

Lattman-Weltman, Fernando

Capítulo de livro

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Edmund Burke: a estética conservadora da arte política. In: CURSO de Ciência Política : grandes autores do pensamento político e contemporâneo/Lier Pires Ferreira, Ricardo Guanabara, Vladimyr Lombardo Jorge, organizadores; prefaciador: Candido Mendes de Almeida ; Adolfo Wagner...[et al]. Rio de Janeiro: Elsevier , 2008. p.185-205.

Artigo de periódico acadêmico

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Democracia, representação, participação: a aposta do pluralismo institucional. **Divulgação em Saúde para Debate** . Rio de Janeiro, n°43,p.29-36,jun.2008.

Motta, Marly Silva da

Livro de depoimentos

MOTTA, Marly; ROCHA, Dora (Org.). **Memórias do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia** : depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2008. 420p.

Capítulo de livro

MOTTA, Marly; ROCHA, Dora. O Brasil em números. In: **MEMÓRIAS do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia** : depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2008. p.17-25

MOTTA, Marly Silva da.O projeto político: a Presidência da República. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira ; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas:ALERJ ,2008. p.151-181.

Artigo de periódico acadêmico

MOTTA, Marly Silva da. A escrita da história. **Estudos Históricos** . Ensino de História. Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.115-118, jan./jun.2008. Resenha de : ESTUDOS sobre a escrita da história/Manuel Luiz Salgado Guimarães(org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. 265p.

MOTTA, Marly Silva da. O eleitorado carioca não vai morrer de tédio. **Jornal da Cidadania** . Rio de Janeiro, v.14, nº142,p.8-9, ago.2008.

MOTTA, Marly Silva da."Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira..."- a OAB na redemocratização brasileira (1974-80). **Revista Culturas Jurídicas** . Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008. Disponível em: "<http://www.culturasjuridicas.com.br>." "<http://www.culturasjuridicas.com.br>. Acesso em: 5 junho 2008.

Oliveira, Lúcia Lippi

Livro

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2008.191p.

Livro de depoimentos

NOVAS memórias do urbanismo carioca/Américo Freire e Lúcia Lippi, organizadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 312p.

Artigo de periódico acadêmico

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, Florianópolis v.7, n.12, p.13-21 abr. 2008

Sarmiento, Carlos Eduardo

Livro

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole** :Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca : FAPERJ, 2008. 318p.

Originalmente apresentada como tese de doutorado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,2002.

Capítulo de livro

SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas: ALERJ, 2008.p..43-67.

Anexo 2

Sumário dos relatórios da Comissão Própria de Auto-avaliação – biênio 2008-2009

Dimensão avaliativa 1 – da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação, constituída em 2008, buscou refletir acerca da pertinência das propostas político-pedagógicas da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV/RJ, expressas em seu PDI, e cotejá-las com as práticas pedagógicas, docentes e gerenciais desenvolvidas pela IES. Para tal, tornou-se necessário um aprofundamento no entendimento das características expressas na documentação legal, evidenciando-se a necessidade de uma revisão crítica do PDI e do PPI da Escola.

Ações realizadas – Fica explícito, a partir das informações apresentadas nos relatórios elaborados pela CPA no biênio 2008-2009, que a missão institucional da Escola Superior de Ciências Sociais encontrava-se claramente definida desde o início das atividades da Comissão. O compromisso com o desenvolvimento nacional através da promoção da educação em suas múltiplas formas, modalidades e graus, bem como o avanço de tecnologias de diferentes ordens, em regime de estreita colaboração com a sociedade, para atingir objetivos tais como: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivo à pesquisa e à produção científica e estimular o conhecimento acerca da dinâmica contemporânea de uma sociedade marcadamente multicultural. Estes princípios orientam o perfil de egresso almejado a ser alcançado através do processo de ensino e aprendizagem caracterizado pela formação de um graduado apto para a inserção em setores e atividades profissionais e para contribuir significativamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua contínua formação. A CPA pode verificar que tais princípios eram enfaticamente assumidos e ganhavam claros contornos nas ações da Escola – em especial, a combinação da formação acadêmica com a prática profissional (estágios, iniciação científica) e com os compromissos para o desenvolvimento de ações da cidadania (interação com as ONGs tais como IBASE e CEASM). Constatou-se também que a estrutura gerencial e dos setores de apoio também se encontram articuladas em conformidade com estes princípios. A CPA, no entanto, evidenciou, em seu primeiro relatório, a necessidade de reformulação do instrumental documental de referência da IES, em especial em função da agramaticalidade observada entre as diretrizes assumidas e aquilo que se encontrava registrado no PDI. A prática efetiva das atividades educacionais e formativas da IES suplantava aquilo registrado em seu PDI inicial (explícito, por exemplo, na não previsão de novos cursos e na delimitação excessiva do escopo de atuação do curso de Bacharelado em Ciências Sociais). Desta forma, a CPA recomendou à Coordenação-geral da Escola que se procedesse à revisão do PDI e do PPI da IES. Tal demanda foi prontamente compreendida e atendida e, ao longo do biênio a comunidade acadêmica foi estimulada pela Coordenação-geral da Escola a produzir novos documentos. Tais iniciativas foram consolidadas no novo PDI da Escola Superior de Ciências Sociais, formulado para o período 2009-2013. Este novo documento foi aprovado pelo Colegiado dos cursos e serviu para a reformulação de algumas instâncias funcionais da Escola (Secretaria Acadêmica, por exemplo), para o aprimoramento das iniciativas didático-pedagógicas (criação do Centro de Relações Internacionais) e para a implantação do curso de Licenciatura em História.

Dimensão avaliativa 2 – da política de ensino, pesquisa e extensão

Ações planejadas – A CPA procurou formas que viabilizassem a avaliação das políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela Escola Superior de Ciências Sociais. Inicialmente, foi buscado o cotejo das diretrizes explicitadas no PDI e PPC.

Ações realizadas – os relatórios elaborados pela CPA indicam que a Escola Superior de Ciências Sociais realiza um projeto de desenvolvimento das diretrizes para ensino, pesquisa e extensão que se sobrepõe inquestionavelmente aos princípios preconizados pelas diretrizes avaliativas indicadas pelo SINAES. O material analisado pela CPA verificou a profunda sintonia, e os benefícios daí auferidos, entre as atividades de ensino de graduação da Escola e a tradição intelectual e institucional do CPDOC, centro de pesquisa e documentação do qual ela se originou. Criado em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil se consolidou como uma das mais importantes instituições latino-americanas de pesquisa na área de Ciências Sociais e História, reconhecida por duas vezes, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, como instituição-sede do Programa de Núcleos de Excelência de Pesquisa (PRONEX). O perfil interdisciplinar, característico dos trabalhos desenvolvidos por esta instituição, formatou a proposta pedagógica conduzida pela Escola Superior de Ciências Sociais que propõe, de forma inovadora, contribuir para a formação de um profissional que alie sólida base teórica a um acurado ferramental metodológico com o objetivo de compreender a dinâmica da sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento. Desta forma, a CPA pode constatar o grande investimento institucional feito pela IES no sentido de dotar seus cursos com um perfil atualizado de suas linhas formativas e de propiciar, aos acadêmicos, um efetivo envolvimento com as atividades de pesquisa e extensão. O perfil inovador da Escola pode ser destacado em iniciativas como o projeto “*Antropologia e documentário: da sala ao campo*”, coordenado pelo professor Celso Castro, que tem por objetivo associar o ensino das disciplinas da área de Antropologia à inserção dos alunos no Núcleo de Audiovisual e Documentário, criado em 2006. O reconhecimento da relevância desta iniciativa propiciou à Escola, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, o prêmio concedido pela Associação Brasileira de Antropologia e pela Fundação Ford para inovação no ensino de Antropologia. Também merece destaque o investimento da IES na construção da Linha de Relações Internacionais, com a contratação de professores especialistas com relevante projeção internacional (como, por exemplo, a professora Elena Lazarou, de nacionalidade grega). Os relatórios evidenciam que Escola se articula com as linhas de pesquisa do CPDOC através das atividades de seus laboratórios de pesquisa. No biênio 2008-2009, encontravam-se em atividade os laboratórios de Estudos Brasileiros (LEB), de Estudos Urbanos (LEU), de Estudos Políticos (LEP), de Estudos sobre Turismo, Esporte e Lazer (LETEL), de Acervos, Memória e Informação (LAMI), de Estudos sobre os Militares (LEM) e de Estudos sobre Jornalismo e Sociedade (LJS). Através destes espaços de intercâmbio acadêmico, o corpo docente e discente, bem como especialistas convidados e alunos da pós-graduação, desenvolvem trabalhos de investigação científica de alta relevância que resultam em publicações e seminários acadêmicos. No período coberto pelos relatórios, foram realizadas 81 sessões abertas de atividades dos laboratórios. A CPA registrou o apoio e o fomento à pesquisa dos discentes evidente tanto pela estrutura dos laboratórios como também pelos programas de estágios e bolsas desenvolvidos. A Escola mantém, no âmbito do CPDOC, um programa contínuo de estágios que incorpora alunos cursando a partir do terceiro

período do curso. Estes estágios, cujo financiamento abrange a remuneração dos alunos/estagiários com recursos da própria Escola, visam a promover a interação dos acadêmicos com as atividades inerentes à prática profissional de pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e da História. No biênio contemplado pelos relatórios, 13 alunos da Escola participaram deste programa de estágios. Para além destas atividades, os alunos da IES são introduzidos nas atividades de iniciação científica através do financiamento de agências públicas de fomento. Nos relatórios produzidos pela CPA, há registro de que a Escola mantém 5 cotas de bolsas PIBIC/CNPq e 3 bolsas de pesquisa financiadas pela Faperj. No período coberto pelos relatórios, um total de 8 alunos participaram destas atividades de iniciação científica. Desta forma, os professores da Escola contribuem para a formação de jovens profissionais voltados para a pesquisa nos campos da Antropologia, Ciência Política, História e Sociologia. Os alunos também dispõem de um Laboratório de Pesquisa Social Aplicada (Lapsa) que visa a contribuir para a formação de pesquisadores aptos a controlar ferramentas metodológicas qualitativas e quantitativas para a aplicação do referencial das Ciências Sociais em diferentes campos profissionais. No período coberto pelos relatórios da CPA, há registros dos alunos tendo participado de pesquisas acerca dos equipamentos culturais disponíveis na região metropolitana do Rio de Janeiro, da cadeia produtiva do *tecnobrega* no estado do Pará e para as redes de bailes e equipes de *funk* no estado do Rio de Janeiro. A Escola também contribui para a inserção dos discentes nas redes profissionais e acadêmicas através do financiamento para os alunos que pretendem tomar parte de congressos seminários acadêmicos. Os relatórios da CPA registram que 11 alunos foram financiados pela IES para apresentarem seus trabalhos de pesquisa em 19 eventos acadêmicos nacionais e internacionais (com destaque para a participação de alunos na *2008 Conference of The Canadian Association of Latin American and Caribbean Studies – CALACS*, realizada em Vancouver). Os relatórios também apontam o financiamento pela IES para que os discentes possam tomar parte, anualmente, do Simpósio Nacional da ANPOCS, o mais importante evento acadêmico brasileiro na área das Ciências Sociais. A qualidade das pesquisas conduzidas na interação entre docentes e discentes pode ser verificada através da produção intelectual originária da Escola, cujos títulos, que montam a um total de 114 artigos em periódicos especializados e livros publicados no biênio 2008-2009. Os professores da Escola Superior de Ciências Sociais integram o corpo editorial de duas importantes revistas especializadas das áreas de Ciências Sociais e História: o Informativo Eletrônico de Ciências Sociais e a Revista Estudos Históricos, evidenciando os canais de disseminação do conhecimento produzido a partir da IES. Os relatórios da CPA também evidenciam que a IES, em articulação com o CPDOC e a Mantenedora, desenvolve o Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, com cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. No período coberto pelos relatórios, 44 dissertações de mestrado foram defendidas sob orientação dos professores que integram o quadro de docentes da Escola Superior de Ciências Sociais. Estes dados, coligidos pela CPA em consolidados nos relatórios do biênio 2008-2009, indicam que a IES superou o inicialmente previsto em seu PDI original no que se refere à política de ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão avaliativa 3 – da responsabilidade social

Ações planejadas – os textos dos relatórios evidenciam a preocupação da CPA em monitorar as formas pelas quais a IES tem procurado cumprir os compromissos sociais expressos em seu

PDI. Prioriza-se a observação de três eixos centrais: 1) a transferência de conhecimento e importância social das ações da Escola e impactos de suas atividades para o desenvolvimento regional e nacional; 2) as iniciativas voltadas à promoção da cidadania e a atenção a setores sociais excluídos; 3) as relações com o setor público e com o setor produtivo

Ações realizadas – no biênio 2008-2009, a CPA pode levantar indícios que comprovam o investimento da IES em atender suas missões em face à sociedade. Sendo parte integrante da Fundação Getúlio Vargas, mantenedora da Escola Superior de Ciências Sociais, a IES compartilha de sua missão, voltada para contribuir com o desenvolvimento equânime da sociedade brasileira. Desta maneira, o corpo acadêmico da Escola dedica-se à produção e disseminação de conhecimento, considerado como bem público. Pode-se observar que a produção intelectual de seus professores, que abarca temáticas que se estendem da análise dos instrumentos de gestão pública (instituições jurídicas, funcionamento do Executivo) à compreensão das novas dinâmicas associativas da sociedade civil (movimento negro, geração de renda em comunidades faveladas) tem contribuído significativamente para o debate social e para o norteamento de ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos constitutivos da sociedade brasileira. Esta produção, disponibilizada através de periódicos e pelo portal da Escola na internet, combina com a intensa participação dos docentes da IES em programas sociais de instituições públicas e organizações não governamentais. O acompanhamento, pela CPA, evidenciou esta característica ao sinalizar a forma como instituições tais como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Cultura, o Ministério da Fazenda, o Banco Central do Brasil, o Senado Federal, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobras, o IBASE, o Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré (CEASM) e o Observatório de Favelas. Desta forma, os membros da CPA fizeram constar em seus relatórios a constatação das ações empreendidas e indicaram a recomendação de uma mais intensa participação de seus discentes nestas iniciativas. Uma das missões da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV é a de produzir bens públicos, que sejam acessíveis à sociedade e permitam um enriquecimento do conhecimento histórico e um conseqüente aprofundamento da experiência de cidadania. Neste sentido, um dos grandes marcos nesta área foi a digitalização do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, uma publicação com 6.600 verbetes biográficos e temáticos referentes ao Brasil republicano do pós-1930. Este Dicionário, obra de referência no campo da História, está gratuitamente disponibilizado para a consulta de todo cidadão, mediante simples cadastro gratuito. A Instituição também permite o acesso e consulta a uma base digitalizada que compreende mais de 300.000 páginas de documentos, 40.000 fotos e 5.000 horas de gravação de entrevistas, todas estas fontes arquivadas no CPDOC. A CPA também procurou monitorar, através dos dados disponibilizados pela gestão financeira da IES e o acompanhamento do perfil de seus estudantes, a extensão das políticas de acesso, bolsas e financiamento mantidas pela Instituição. A Escola articula dois programas de bolsas (por classificação no processo seletivo e por demanda social) que cobriu, no biênio ao qual se referem os relatórios, um total de 37 gratuidades. Desta maneira, a IES tem conseguido incorporar ao seu corpo discente um percentual altamente significativo de alunos oriundos de setores sociais de baixa renda familiar e de comunidades carentes. Também deve-se destacar que membros do corpo docente e técnico-administrativo da IES participam do programa, desenvolvido no âmbito da Mantenedora, de cursos preparatórios para o exame vestibular, gratuitamente oferecidos para estudantes da rede pública de ensino. Houve, igualmente, a preocupação da CPA em acompanhar a implementação de iniciativas que visem à adequação da IES às resoluções referentes ao acesso ao ensino superior de portadores de deficiência física e sensorial. Os membros da Comissão deixaram registrados nos relatórios o monitoramento das instalações físicas (banheiros, rampas de acesso, dimensionamento de portas e bancadas) e da incorporação dos conteúdos de LIBRAS ao planejamento pedagógico dos cursos. A CPA recomendou, no entanto, que a Escola procurasse adquirir equipamentos de impressão em *braille*. Medida, no entanto, que ainda não pôde ser incorporada ao programa de investimentos financeiros da Escola. A CPA registrou ainda que, no conjunto de discentes que

ingressou nos cursos de graduação ofertados pela IES, não houve casos de cidadãos com deficiência visual, auditiva ou motora.

Dimensão avaliativa 4 – da comunicação com a sociedade

Ações planejadas – No biênio 2008-2009, a CPA procurou avaliar as formas pelas quais a IES busca estabelecer estratégias de aprimoramento dos canais internos de comunicação. Também se procurou observar a presença da IES nos meios de comunicação social, atentando-se para a imagem pública da Escola por eles veiculada. O trabalho da Comissão referenciou-se nas diretrizes previstas no PDI e buscou, inclusive, apontar novas propostas para o aprimoramento das formas de integração da comunidade acadêmica.

Ações realizadas – Inicialmente, a CPA procurou avaliar os canais utilizados para a transmissão de informações ao corpo discente da IES. Foram identificados três veículos, considerados adequados para tais funções: o portal da Escola (www.cpdoc.fgv.br), o sistema acadêmico aluno on-line (disponível apenas para usuários detentores de número de matrícula na IES) e os murais. Através dos murais fixos, situados no terceiro e quarto andares (pavimentos nos quais estão distribuídas as salas de aulas e as instalações das secretarias acadêmica e de registros), são veiculadas as informações referentes às bases documentais, matrizes curriculares e horários de disciplinas. São igualmente os canais para divulgação de eventos acadêmicos. Através do sistema acadêmico aluno on-line, o corpo discente pode visualizar sua situação acadêmica (matrícula, notas, faltas, prazos para recursos e requisição de documentos). Finalmente, o portal da Escola disponibiliza toda a base legal e documental da IES (portarias, regimentos, PDI, PPC), assim como o perfil do corpo docente e o calendário de eventos culturais e acadêmicos. O portal também disponibiliza textos da produção intelectual dos membros da comunidade acadêmica. Através do Departamento de Comunicação e Marketing, a IES busca a relação com os meios de comunicação social. A CPA pode dimensionar o espaço de divulgação de suas ações, bem como a caracterização de sua imagem pública, através dos boletins produzidos rotineiramente por este departamento (clipping), nos quais são registradas as menções realizadas diariamente por jornais, revistas, rádio e tv às atividades da instituição e dos membros de seu corpo acadêmico. Evidenciou-se a marcante presença da IES e de seus integrantes nestes canais. A Escola Superior de Ciências Sociais também participa do programa institucional FGV-Ensino Médio, no qual professores da IES visitam instituições públicas e privadas de ensino médio do estado do Rio de Janeiro, realizando conferências acerca de temáticas contemporâneas e do perfil de formação nas áreas das Ciências Sociais e História. No biênio coberto pelos relatórios, 72 escolas de ensino médio participaram deste programa. Tendo em vista o crescimento de seu corpo discente (que, no período abarcado pelos relatórios, expandiu de 32 para 74 alunos) a CPA recomendou, ao final do ano de 2008, a criação de uma Ouvidoria para a IES. Este órgão tem como propósito ouvir, encaminhar e acompanhar reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios oriundos das comunidades interna e externa. Caracteriza-se como sendo um órgão de natureza mediadora, sem caráter administrativo, deliberativo, executivo, com atuação personalizada, autônoma e imparcial. Esta proposta foi submetida ao colegiado dos cursos e implementada em 2009, com a indicação da profa Judite Helena Giolito, pedagoga, para a função de ouvidora da Escola Superior de Ciências Sociais. Desde então, a Ouvidoria da IES constitui um elo efetivo de comunicação entre a instituição e a comunidade externa e interna, mediante atendimento pessoal, telefônico, eletrônico ou por correio convencional. Dentre os resultados do trabalho da Ouvidoria, a CPA procurou destacar a demanda, por parte do corpo discente,

por espaços para a divulgação de suas atividades. Em especial, a criação de uma revista acadêmica e de um mural fixo para a divulgação das atividades do Diretório Acadêmico. Tais ações foram recomendadas pela CPA em seus relatórios.

Dimensão avaliativa 5 – das políticas de pessoal, da carreira do corpo docente e técnico-administrativo

Ações planejadas – A CPA procurou observar a implementação das bases da política de pessoal da IES, ressaltando as vias de contratação, promoção e aperfeiçoamento do corpo docente e da equipe técnica-administrativa. Para tal, valeu-se do cotejo das diretrizes estabelecidas no PDI com as informações obtidas com a Diretoria de Recursos Humanos, a Gerência Administrativa e o contato com os funcionários. A base documental acessada pela Comissão no biênio 2008-2009 era constituída pelo plano de cargos e salários (definido e implementado pela Mantenedora), as diretrizes de definição dos diferentes níveis da carreira de professor (concebida a partir de um processo de avaliação externa) e os diferentes programas de qualificação profissional operados pela IES e pela Mantenedora.

Ações realizadas – A análise das informações obtidas permitiu à CPA avaliar que há clareza no estabelecimento do plano de carreira de professor na IES. Os professores são contratados através de procedimentos seletivos universais adequados à demanda associadas ao cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos e às condições de execução financeira da Escola. No ano de 2009, por exemplo, um destes processos seletivos culminou com a contratação de uma professora estrangeira, Elena Lazarou, de nacionalidade grega, doutora em Relações Internacionais. A comunidade acadêmica interna conhece as diretrizes que norteiam a promoção de níveis, baseada em processos avaliativos regulares contando com a presença de avaliadores externos de reconhecida expressão acadêmica. Também foi destacada nos relatórios elaborados pela CPA a existência de uma política para promoção da sustentabilidade à qualificação profissional dos docentes, à concessão de incentivos destinados à formação em programas de pós-graduação, à participação e exposição de pesquisas e seminários, dentre outros. Neste sentido, deve-se observar a política de incentivo institucional e de concessão regular de licenças aos docentes que estejam em fase final de elaboração de suas teses acadêmicas ou que visem à realização de estágios de pesquisa de pós-doutoramento. No biênio analisado, consta a concessão de licença a uma professora em fase final de obtenção do grau de doutoramento (Luciana Heymann) e de três licenças para professores que realizaram pós-doutoramento no exterior (Américo Freire, Bianca Freire-Medeiros e Verena Alberti). A Comissão constatou a existência e a prática de uma política de qualificação que estabelece os critérios para a concessão de incentivos e que apoia os funcionários técnico-administrativos na qualificação, em consonância com o planejamento orçamentário. Através de convênios lastreados pela Mantenedora, os funcionários são estimulados a ingressar em cursos e seminários diretamente associados à melhor qualificação. No biênio coberto pelos relatórios, a CPA observou que três funcionários foram admitidos no Mestrado Profissional da FGV e que nove funcionários realizaram cursos de aperfeiçoamento profissional. A CPA recomendou que fossem criados instrumentos de consulta que pudessem tornar mais objetiva a mensuração do grau de satisfação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo em face às condições de trabalho e a estrutura funcional da Escola.

Dimensão avaliativa 6 – da organização e gestão da instituição

Ações planejadas – A Comissão Própria de Avaliação registrou nos relatórios que a dimensão referente à gestão e organização institucional foi observada a partir de dois eixos: 1) a definição de mecanismos e instrumentos de gestão 2) a participação da comunidade acadêmica no processo de gestão. Para proceder à avaliação destes dois aspectos, a CPA procurou se utilizar da documentação produzida pelas instâncias gerenciais da Escola

Ações realizadas – O resultado da avaliação realizada pela CPA indicou que a IES apresentava um alto padrão de qualidade em suas instâncias organizacionais e procedimentos gerenciais. A Escola possui um organograma claramente identificado, bem como o de sua inserção nas relações com a Mantenedora. Estes instrumentos encontram-se disponibilizados nas Secretarias e através do portal da Escola. A Escola apresenta uma Coordenação Geral, Coordenação de cursos (Ciências Sociais e História), Colegiado de cursos, uma gerência administrativa, uma Secretaria de Registros e uma Secretaria Acadêmica. As funções e atribuições estão definidas por um regimento, anteriormente aprovado pelo Colegiado. A comunidade acadêmica tem total conhecimento acerca desta estrutura. A Secretaria de Registros mantém atualizado, em documentação impressa e virtual, o conjunto de informações relacionadas ao cômputo de faltas, notas, trancamentos e transferências dos alunos. O corpo discente pode acompanhar diariamente o lançamento de faltas e a atribuição de notas e conceitos através do sistema aluno online. Os murais servem para veicular informações acerca do calendário letivo, agendamento de provas e avaliações, horário das disciplinas e prazos dos processos acadêmicos e de registro (inclusão, exclusão, alterações, trancamento e transferência). A gestão administrativa e financeira da Escola, realizada pela Gerência Administrativa, se dá com base no constante diálogo com a Coordenação Geral da IES. Estes procedimentos são regularmente informados ao corpo acadêmico e, em especial, aos membros integrantes do Colegiado em suas reuniões. As reuniões do Colegiado são regularmente registradas em atas. O Coordenador-geral da Escola tem assento permanente no Conselho de Coordenação da Mantenedora. Estas reuniões também são regularmente registradas em atas. A CPA apurou que as reuniões do Colegiado são realizadas com a periodicidade bimestral, enquanto as reuniões do Conselho de Coordenação da FGV ocorrem mensalmente. Segundo os relatórios da Comissão, a comunidade acadêmica da IES é informada regularmente acerca dos processos gerenciais e há total transparência das ações empreendidas pela Escola.

Dimensão avaliativa 7 – da infra-estrutura física

Ações planejadas – No biênio 2008-2009, os relatórios produzidos indicam que a CPA procurou avaliar a infra-estrutura física da instituição através da verificação da implementação das medidas previstas no PDI e pela identificação das formas como a comunidade acadêmica se relaciona a avalia a estrutura disponibilizada pela Escola.

Ações realizadas – A Comissão de Auto-avaliação indica que a IES procurou estabelecer condições plenamente satisfatórias para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e operacionais. O espaço destinado às atividades letivas, localizado no terceiro e no quarto andares do edifício-sede da FGV, contabiliza 15 salas de aula (que perfazem um

total de 710 m²). As salas apresentam excelente dimensionamento, podendo acolher entre 35 e 45 alunos cada. Estas salas são climatizadas, com sistema de ar condicionado central dispendo de controle termostático independente para cada sala, e foram projetadas visando o correto isolamento acústico e excelente nível de iluminação. As salas são mobiliadas com mesa central para o professor, suportes auxiliares nas laterais e ao fundo, cadeiras, mesas e ou bancadas nos padrões ergonômicos. Todas as salas são dotadas de computadores (que operam softwares adequados e licenciados), projetores de teto, sistema de sonorização, retroprojetores, quadros brancos, impressoras, rede de dados cabeada e wireless para acesso à internet. Os corredores são amplos e as portas de dimensões adequadas ao acesso de cadeirantes. O acesso aos andares é feito por escadas e por oito elevadores. A CPA não verificou nenhum impedimento no que tange à acessibilidade de portadores de deficiências motoras ou visuais. A CPA também destacou as condições da Biblioteca Central, denominada Biblioteca Mario Henrique Simonsen (BMHS), localizada no edifício-sede da FGV com 950 m² de área ocupada. Esta Biblioteca é considerada como possuidora do mais importante acervo bibliográfico nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas situado no estado do Rio de Janeiro. A sua relevância pode ser percebida a partir da constatação de ter sido a primeira biblioteca no Brasil a receber o certificado de qualidade ISO 9001-2000. O acervo corrente da biblioteca monta a 87.000 títulos, com 163.000 exemplares disponíveis para consulta e empréstimo. Docentes e discentes tem acesso às instalações da BMHS em horários compatíveis com as atividades acadêmicas. Há terminais de computadores disponíveis para a consulta, duas salas multimídia e duas salas de leitura e estudo com capacidade de atendimento a 130 consulentes. Os relatórios indicaram a percepção de uma crescente demanda, por parte do corpo discente, pela disponibilização de um maior número de exemplares dos títulos mais consultados do acervo bibliográfico. Por recomendação da CPA, a Coordenação-geral da Escola Superior de Ciências Sociais solicitou a compra de novos títulos e mais exemplares. No ano de 2009, foi registrada a aquisição de 556 novos exemplares demandados a partir de levantamentos realizados com base no trabalho da CPA. A IES disponibiliza salas de trabalho para os seus professores com computadores de acesso individualizado, mesas, estantes e armários. Os discentes dispõem de acesso a laboratórios de informática, situados no terceiro, quarto e décimo-terceiro andares do edifício. Estes laboratórios, seguindo sugestão apresentada pela CPA, sofreram processos de ampliação, com a disponibilização de 23 novos terminais de computadores e a previsão de construção de um novo laboratório com mais 48 terminais para o ano de 2010. A Escola dispõe de seis salas de estudo em grupo, situadas no terceiro andar, com capacidade de atendimento de oito alunos por sala. Estas salas são dotadas de mesas, cadeiras e quadro branco. Além destas salas já existentes, haverá a construção de seis novas salas em área disponível no quarto andar, atendendo, assim, a recomendação da própria CPA. O edifício-sede da FGV não apresenta espaços para a prática desportiva e disponibiliza áreas adequadas para o convívio acadêmico e as atividades culturais. Há espaços para convivência nos andares, com bancos, poltronas e mesas, e uma ampla área ao ar livre ajardinada, no espaço denominado Esplanada, com mesas e bancos construídos em concreto aparente. A CPA recomendou, em seu relatório referente ao ano de 2009, a ampliação destes espaços de convivência.

Dimensão avaliativa 8 – do planejamento e avaliação

Ações planejadas – A Comissão Própria de Auto-avaliação procurou, desde a sua criação (em abril de 2008) construir mecanismos avaliativos que pudessem tanto formular cenários acerca da realidade institucional da Escola Superior de Ciências Sociais como formular propostas

que colaborassem para o aprimoramento da IES. Para implantar este sistema avaliativo, coube à Comissão definir metodologias de avaliação e implementar fóruns de discussão com a comunidade acadêmica. Os formulários de avaliação aplicados aos discentes, assim como as reuniões periódicas e o acesso aos documentos produzidos pela Escola serviram de lastro para o trabalho da CPA.

Ações realizadas – A CPA foi criada e aprovada pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais em abril de 2008. Coube à professora Helena Bomeny exercer a coordenação desta Comissão, cuja implantação foi regulada a partir da Portaria de designação de seus membros e Pelo Plano de Auto-avaliação Institucional. Passaram a constituir-na os professores Helena Bomeny, Celso Castro e Carlos Eduardo Sarmento (como representantes docentes); Helena Giolito e Marília Krassius (como representantes do corpo técnico-administrativo); Ricardo Nicolay (como representante discente) e o Dr Gilberto Velho, membro da Academia Brasileira de Ciências (como representante da sociedade civil organizada). Em suas primeiras ações, a CPA procurou operar em duas frentes: a definição de mecanismos avaliativos e a formulação de uma base de regulação para as suas atividades. Nesta primeira vertente de atividades, a coordenadora da Comissão procurou realizar reuniões com os diferentes segmentos constitutivos da comunidade acadêmica (funcionários, alunos, professores) no intuito de informá-los acerca do sentido e da lógica da auto-avaliação institucional e para detectar fontes significativas de informações sobre as atividades da Escola. No segundo eixo, a Comissão elaborou um regimento para a CPA, que foi apresentado ao Colegiado e implantado. Segundo os relatórios produzidos no biênio, a CPA percebeu a inadequação da base legal que regia a Escola e recomendou a sua reformulação. Desta forma, o PDI e o PPI foram, após análise e crítica da CPA, reformulados pela Coordenação-geral da Escola e submetidos à apreciação e aprovação do Colegiado. Durante o biênio 2008-2009, a CPA procurou estabelecer práticas avaliativas regulares, incentivando a interlocução com os discentes, a elaboração e aperfeiçoamento dos questionários avaliativos, a sistematização de informações dispersas (registros de notas, registros de ingresso e evasão, planilhas orçamentárias) e a abertura da discussão avaliativa para a comunidade acadêmica. Os fóruns em que se processou este intercâmbio de informações foram, preferencialmente, as reuniões do Colegiado e as reuniões mantidas entre a equipe da CPA e os alunos. Alguns dos principais resultados que podem ser atribuídos à prática avaliativa neste período podem ser observados na reformulação da documentação referencial da Escola (PDI e PPI), a criação da Ouvidoria, a ampliação das atividades de acompanhamento psicopedagógico desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica, a orientação no processo de ampliação do quadro docente, a compra de mais exemplares de livros com alto índice de consulta pelos alunos na biblioteca, a ampliação das áreas físicas de convívio e a ampliação dos espaços destinados às salas de estudo e aos laboratórios de informática para os alunos. A CPA teve seu mandato encerrado no início de 2010 e sua nova composição foi estabelecida através da Portaria de 16 de abril de 2010. Em seu relatório referente ao ano de 2009, a CPA recomendou que neste próximo biênio fossem priorizados os processos de formulação e implantação de consultas a todos os integrantes da comunidade acadêmica, preferencialmente através de formulários de preenchimento online.

Dimensão avaliativa 9 – das políticas de atendimento aos estudantes

Ações planejadas – Os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Auto-avaliação indicam que a CPA buscou informações acerca das formas como a IES articula a prática de

atendimento aos discentes a partir do cotejo de informações institucionais e dos dados obtidos através da avaliação dos discentes sobre o direcionamento didático-pedagógico da Escola. Estas informações serviram de base para a avaliação dos instrumentos e métodos de atendimento acadêmico, sendo necessária a interlocução direta com os acadêmicos em algumas etapas do processo avaliativo.

Ações realizadas – As informações sistematizadas pela CPA apontam para uma prática claramente estruturada de atendimento ao corpo discente da Escola. Durante o biênio coberto pelos relatórios, pode ser constatado que as práticas e instrumentos de atendimento foram claramente aprimorados de forma a estabelecer condições mais eficazes de interlocução e acompanhamento acadêmico. Em primeiro lugar, deve-se destacar o funcionamento e o constante aprimoramento da ação da Secretaria Acadêmica. A opção em estabelecer órgãos distintos para o tratamento dos trâmites documentais (Secretaria de Registro) e das questões concernentes ao acompanhamento didático-pedagógico (Secretaria Acadêmica) mostrou-se plenamente acertada e possibilitou formas de acompanhamento que transcendem o inicialmente objetivado. A Secretaria Acadêmica - cujos cinco funcionários integrantes são todos qualificados com cursos de nível superior na área da Educação e cuja Coordenadora é pedagoga com grau de mestre e aperfeiçoamento em psicopedagogia - auxiliou na implantação de processos de acompanhamento constante da vida acadêmica dos discentes. Os discentes são regularmente convidados a tomar parte em reuniões individualizadas nas quais são discutidas suas dificuldades, objetivando a melhoria de seus desempenhos acadêmicos. A Secretaria Acadêmica produz relatórios pormenorizados destas reuniões que são encaminhados ao Coordenador-geral da Escola para conhecimento e definição de possíveis medidas que possam ser adotadas para a melhoria das condições acadêmicas. Uma destas medidas, por exemplo, constituiu a implantação do sistema de monitoria, estabelecido no ano letivo de 2009. A ação deste acompanhamento representou um espaço de atendimento pedagógico complementar que apresentou uma boa recepção por parte dos discentes. Também mereceu destaque a interlocução com os discentes através da aplicação de questionários aos alunos, nos quais são mensurados indicadores acerca da avaliação dos conteúdos didáticos e da prática pedagógica. Os dados gerados a partir destas rodadas de pesquisa são sistematizados e divulgados por toda a comunidade acadêmica. A CPA também destacou a forma como a Secretaria Acadêmica atua durante o processo seletivo e de matrícula de novos alunos. A IES realiza processos seletivos universais anuais com a previsão de 50 vagas para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais e 50 vagas para o curso de Licenciatura em História. Os editais, assim como os resultados finais, são amplamente divulgados através da imprensa e das ferramentas de comunicação da Escola. A Secretaria Acadêmica mantém arquivados todos os editais dos processos seletivos anteriores, assim como os dossiês dos candidatos aprovados. Estes candidatos, antes da abertura do processo de matrícula, são convidados para reuniões presenciais individualizadas com a equipe de educadores da Secretaria Acadêmica e o Coordenador-Geral da Escola Superior de Ciências Sociais. Nestes encontros, que a CPA constatou serem devidamente registrados e arquivados, são discutidos os objetivos didáticos e pedagógicos dos cursos e todas as instâncias de apoio acadêmico que a Escola viabiliza. Estas práticas também são implementadas para alunos que ingressam através dos processos de transferência e reingresso para portadores de diploma de nível superior. A CPA avaliou ainda que a Secretaria Acadêmica realiza o controle de evasão e passou a implementar, ao final do ano de 2009, um sistema de acompanhamento dos egressos graduados pela IES. Este sistema se articula através de convites para eventos promovidos pela Escola, manutenção atualizada de mala direta e catalogação dos dados dos egressos, solicitação de informações atualizadas acerca das atividades profissionais e da produção acadêmica dos egressos. A Comissão Própria de Auto-avaliação também foi capaz de avaliar

o apoio prestado pela Escola no processo de formação profissional e inserção dos alunos no mercado de trabalho. Através dos dados fornecidos, foram observadas as modalidades de estágios fornecidos pela própria IES e pelos convênios por ela firmados (em especial, através do CIEE). A Escola possui cinco bolsas de Iniciação Científica financiadas pelo PIBIC/CNPq e três bolsas IC financiadas pela FAPERJ. Estes programas de iniciação científica são integralmente realizados através da incorporação de alunos de graduação da Escola que realizam, através deste financiamento, um processo de iniciação científica e de aprendizagem das práticas profissionais. A avaliação da pertinência deste modelo sustentou a recomendação, formulada pela CPA, acerca da ampliação destes programas. A Escola, sensibilizada por esta avaliação, optou por auto-financiar mais quatro bolsas de Iniciação Científica, ampliando, desta forma, o acesso dos discentes a esta prática formativa. Também estão registrados nos relatórios que os alunos da Escola também são encaminhados para estágios internos (na própria FGV) e externos. No biênio 2008-2009, doze alunos da Escola foram incorporados a estágios nas diferentes unidades da FGV e dois foram encaminhados para estágios externos na Fundação Casa de Rui Barbosa e em Furnas. Finalmente, os relatórios da CPA registram o apoio da Escola a eventos acadêmicos e à implantação do Diretório Acadêmico. O apoio aos eventos pode ser constatado através do financiamento de 11 alunos para a viabilização orçamentária de suas participações em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. A Escola também financia regularmente a presença dos alunos no Simpósio Nacional da ANPOCS, realizado anualmente em Minas Gerais, no curso de inverno da Escola de Economia de São Paulo da FGV e ingressou no Programa de Cultura Européia Contemporânea, oferecido pela *Université Paris – Sorbonne*. No ano de 2009, três alunos da Escola puderam participar deste programa com suas despesas cobertas pela IES. Através dos dados apresentados no relatório, pode-se constatar que a IES excedeu o previsto em seu PDI no que se refere à política de atendimento dos estudantes.

Dimensão avaliativa 10 – da sustentabilidade financeira

Ações planejadas – A CPA procurou pautar a sua avaliação através do exame dos documentos financeiros e orçamentários da Escola, dos registros profissionais de seu corpo docente e do corpo técnico-administrativo, dos registros de cursos e disciplinas ministrados e por entrevistas com os responsáveis pela gestão financeira da IES.

Ações realizadas – Os relatórios apresentados pela CPA, que cobrem o biênio 2008-2009 indicam que todos os docentes (do quadro fixo e os horistas), assim como todos os funcionários técnico-administrativos da Escola Superior de Ciências Sociais são contratados através do regime da CLT. No período, ocorreram duas contratações emergenciais de docentes que se processaram através de pagamento a autônomos. Estes professores horistas, no entanto, passaram a ser regularmente contratados através dos procedimentos previstos pela CLT. A CPA verificou que não há atrasos no pagamento dos funcionários e professores (incluindo décimo-terceiro salário), que os períodos de repouso semanal e de férias anuais são respeitados e que há recolhimento regular do FGTS aplicados às contas dos contratados. Os funcionários e professores contam com plano de assistência médica (extensivo a familiares), auxílio transporte e auxílio creche (para aqueles que contam com filhos com idade inferior a sete anos completos). Todos estes benefícios são regular e ininterruptamente pagos. Os funcionários e professores também podem participar, por escolha voluntária, do plano de previdência privada disponibilizado pela Mantenedora (FGV-Previ). A sustentabilidade

financeira da IES é inteiramente garantida pela sua Mantenedora, a Fundação Getulio Vargas, que aprova os planos de dotação financeira e de aplicação de investimentos formulados pela Escola. Estas previsões orçamentárias são formuladas no âmbito da IES, através de sua gerência administrativa, e aprovadas pelo Conselho de Coordenação e pelo Conselho Diretor da Mantenedora. A gerência administrativa executa os orçamentos aprovados. O exame das planilhas e da documentação pertinente permitiu a verificação de que os orçamentos propostos são aprovados integralmente, cabendo sua execução autônoma à IES. Por questões contábeis, em termos de registro, a IES não possui um orçamento em separado, executando aquilo que é aprovado e destinado no orçamento geral da Mantenedora sob as rubricas previstas para a Escola Superior de Ciências Sociais. Os orçamentos executados permitem os investimentos em compras de equipamentos, de livros e financiam os programas de pesquisa e extensão. Tendo por base os dados examinados, a CPA concluiu que a sustentabilidade financeira da IES permitiu a ampliação de programas, inicialmente não previstos em seu PDI, tais como a implantação do Centro de Relações Internacionais (com a contratação, inclusive, de professores estrangeiros) e a implementação de uma política autônoma de bolsas de iniciação científica.